

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA**

MARIA DAS GRAÇAS SOUZA

**Violência Intrafamiliar Contra Mulheres na Perspectiva dos Autores em Região de
Fronteira do Paraná**

**FOZ DO IGUAÇU - PR
2020**

MARIA DAS GRAÇAS SOUZA

Violência Intrafamiliar Contra Mulheres na Perspectiva dos Autores em Região de Fronteira do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira – Mestrado do Centro de Educação, Letras e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Pública em Região de Fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Caldeira

**FOZ DO IGUAÇU - PR
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Biblioteca da Unioeste.

Souza, Maria das Graças

Violência intrafamiliar contra mulheres na perspectiva dos autores em região de fronteira do Paraná / Maria das Graças Souza; orientador(a), Sebastião Caldeira, 2020.
94 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira, 2020.

1. Saúde Pública em Região de Fronteira. 2. Violência Intrafamiliar. 3. Autores de Violência Intrafamiliar. 4. Políticas Públicas em Saúde. I. Caldeira, Sebastião. II. Título.

SOUZA, M. G. Violência Intrafamiliar Contra Mulheres na Perspectiva dos Autores em Região de Fronteira do Paraná. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Sebastião Caldeira. Foz do Iguaçu, 2020. Maria das Graças Souza.

Aprovada em 05/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Sebastião Caldeira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dr. Oscar Kenji Nihei
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dra. Ludmila Mourão Xavier Gomes
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Aos meus queridos amparadores, pela paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela oportunidade desta vida, por me receberem como filha e pela convivência nesta existência crítica para mim, e aos meus irmãos pelo reencontro. A minha querida irmã maior, Teca, companheira de infância e de vida com seu contínuo amor, carinho e zelo.

Ao Prof. Dr. Sebastião Caldeira, meu mestre desta e de outras vidas, amparador intrafísico, pelo reencontro secular, e que mais de uma vez me ensinou de forma firme, cuidadosa, amorosa para além dos ensinamentos acadêmicos, os ensinamentos de vidas. Gratidão eterna!

Aos Profs. Drs. Oscar Kenji Nihei, Ludmila Mourão Xavier Gomes, Adriana Zilly, Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari, Manoela de Carvalho, Maria Lucia Frizon Rizzotto pela parceria, paciência e suas valiosas contribuições na construção desses novos saberes.

Ao meu parceiro e dupla evolutiva Marcond Marchi, amparador intrafísico, por ser presente nos momentos alegres e críticos, e ser constante fonte de força para as minhas autossuperações evolutivas.

Às minhas amigas raríssimas, Clô Colângelo, Greice Atahyde, Meire Vieira, Maria da Consolação, Lú Lavor, Malú Catto, Izabel Conceição, Jackeline Bitencourt, amigas evolutivas inesquecíveis, que me auxiliaram, assistiram em diversas etapas dessa jornada.

Um agradecimento especial para a amiga Meire Vieira que me apresentou o curso de Pós-Graduação de Saúde em Região de Fronteira da UNIOESTE e ao Prof. Caldeira. Essa caminhada não seria possível sem a sua confiança em mim, pois, na época, para mim, eram somente dúvidas e muitas incertezas.

Aos meus amigos evolutivos da AIEC – Associação Internacional para a Evolução da Consciência que me ajudaram e deram suporte para a realização desta pesquisa.

Ao amigo Valter Almeida – apesar de recente nesta vida, sua amizade é multissecular – pelos muitos apontamentos assertivos em nossos encontros e conversas sobre a dissertação.

Aos amigos, funcionários e professores do curso do mestrado de Saúde em Região de Fronteira, da UNIOESTE, sempre atentos e cuidadosos ao auxílio de que necessitei, obrigada pelo apoio e carinho.

Aos profissionais do Patronado Municipal de Foz do Iguaçu-PR que me acolheram e foram suporte imprescindível para a realização desta pesquisa, em especial ao núcleo de Psicologia sempre disponíveis, prontos para auxiliar apesar das adversidades.

Aos participantes desta pesquisa que me permitiram conhecer seu Mundo da Vida, através dos nossos encontros face a face, e me oportunizaram conhecer o outro lado do fenômeno da violência intrafamiliar.

À Dalena e Maria, minhas primeiras preceptoras nessa existência, que me nortearam quanto aos verdadeiros valores de vida e cuja presença e orientação foi essencial para a minha formação enquanto pessoa.

Ao Professor Waldo Vieira, pela orientação em relação aos meus propósitos de vida e aos amparadores pelas intuições e assistências silenciosas.

SOUZA, M. G. **Violência Intrafamiliar Contra Mulheres na Perspectiva dos Autores em Região de Fronteira do Paraná**. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Sebastião Caldeira. Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

Objetivo. Compreender a perspectiva de observação e entendimento dos Autores de Violência (AV) intrafamiliar em região de fronteira, sobre esse fenômeno e quais os motivos que os levaram à violência interpessoal no âmbito familiar. **Metodologia.** Estudo qualitativo, na perspectiva da Fenomenologia Social de Alfred Schütz, realizado por meio de entrevistas, com nove homens AV intrafamiliar que participam do Projeto BASTA, junto ao Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR. Para a obtenção dos dados, os entrevistados responderam um questionário composto por quinze perguntas norteadoras da pesquisa sobre o tema. **Resultados.** A partir dos relatos dos participantes foram obtidas três categorias que se referem aos “Motivos Por Que”. A primeira categoria traz o conhecimento sobre a violência intrafamiliar. A segunda categoria trata das relações intersubjetivas, com as seguintes subcategorias: comunicação, afetividade, inter-relações familiares. A terceira categoria apresenta as Ações de cuidado no contexto dos serviços de atendimento aos autores de violência intrafamiliar. Quanto aos “Motivos Para”, as expectativas, obteve-se as seguintes categorias: ‘ressignificação e reaprendizagem da violência intrafamiliar’ e ‘importância das ações de intervenção junto aos seus autores’. Quanto à análise de categorias, para ambos os motivos – Para e Por Que – foi definida constituição específica do tipo de personalidade tendente à violência intrafamiliar. **Discussão.** Os AV entrevistados na presente pesquisa consideraram que a violência intrafamiliar se dá a partir de fatores externos, tais como: falta de respeito, ciúmes e traição, desigualdade financeira, alcoolismo e dependência de drogas como vazão de sentimentos negativos. A Lei Maria da Penha foi interpretada como aquela que protege a mulher, desconsiderando a bagagem de conhecimentos do agressor como presenciar violência em casa quando criança, e ser agredido pela companheira. Esse grupo social, após participação no Projeto BASTA, tornou-se capaz de ressignificar a violência intrafamiliar por meio de esclarecimentos, atenção recebida, sentindo-se valorizado pela equipe multiprofissional. Espera-se que possa haver mais inserção dos AV por meio de projetos de ressocialização como estratégia de enfrentamento desse fenômeno. **Considerações.** A pesquisa demonstrou que as medidas socioeducativas possibilitam que penas alternativas contribuam com o rompimento de pensamentos e atitudes machistas para homens inseridos no ciclo da violência intrafamiliar. Assim, um aspecto fundamental é a elaboração e fortalecimento de Políticas Públicas com vistas à inclusão dos AV em programas sócioeducacionais, caminho efetivo para a construção e mudança de novos signos, sentidos e significados de um Mundo da Vida, sem violência intrafamiliar. A educação pode ser um agente transformador da cultura da violência para uma cultura de paz e tolerância.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher. Violência por Parceiro Íntimo. Construção Social do Gênero. Acesso à Informação. Pesquisa Qualitativa.

SOUZA, M. G. **Intrafamiliar Violence against Woman from the Agressor Perspective at Parana Border Region.** 2020. 94 f. Dissertation (Master in Public Health) – State University of Western Paraná. Supervisor: PhD. Sebastião Caldeira. Foz do Iguaçu, 2020.

ABSTRACT

Objective: Understand the perspective of observation and understanding of the authors of intrafamily violence (AIV), in a border region, about this phenomenon and the reasons that led them to interpersonal violence in the family. **Methodology:** Qualitative study in the perspective of Alfred Schütz's Social Phenomenology, carried out through interviews with nine men that were AIV who participate in the BASTA Project at the Foz do Iguaçu-PR Municipal Patronage. To obtain the data, the interviewees answered a questionnaire composed of fifteen questions that guided the research on the topic. **Results:** From the participants' reports, three categories were obtained that refer to the “Reasons Why”. The first category brings knowledge about intrafamily violence. The second category deals with intersubjective relations, with the following subcategories: communication, affectivity, family interrelations. The third category presents care actions in the context of care services for authors of intrafamily violence. As for Reasons For, the expectations, the following categories were obtained: ‘redefinition and relearning of intrafamily violence’ and ‘importance of intervention actions with their authors’. Regarding the analysis of categories, for both reasons - For and Why - a specific constitution of the type of personality tending to intrafamily violence was defined. **Discussion:** The AIV interviewed in the present study considered that intrafamily violence occurs from external factors, such as lack of respect, jealousy and betrayal, financial inequality, alcoholism, drug addiction, as a torrent of negative feelings. The Maria da Penha Law was interpreted as one that protects women, disregarding the knowledge of the aggressor that leads to violence, such as witnessing violence at home, as a child, and being attacked by the partner. This social group, after participating in the BASTA Project, was able to reframe intrafamily violence through clarifications, attention received, feeling valued by the multiprofessional team. It is expected that there may be more insertion of the perpetrators of violence through resocialization projects as a strategy to face this phenomenon. **Considerations:** Research has shown that socio-educational measures make it possible for alternative penalties to contribute to the disruption of macho thoughts and attitudes for men inserted in the cycle of intrafamily violence. Thus, a fundamental aspect is prevention and, certainly, the elaboration and strengthening of Public Policies with a view to including AIV in socio-educational programs can be an effective way to build and change new signs, senses, meanings of a World of Life without intra-family violence. Education can be a transforming agent of the culture of violence towards a culture of peace and tolerance.

Keywords: Violence Against Women. Intimate Partner Violence. Social Construction of Gender. Access to Information. Qualitative Research.

LISTA DE SIGLAS

AIEC	Associação Internacional para a Evolução da Consciência
AV	Autores de Violência
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
HVA	Homem Autor de Violência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESF	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
MPSP	Ministério Público de São Paulo
MS	Ministério da Saúde
9ªRS	Nona Regional de Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SCNSA	Poliambulatório Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República
SEJU	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
WHA	World Health Assembly
WHO	World Health Organization

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cidades-gêmeas brasileiras com mais de 50.000 habitantes	23
Quadro 2 – População total da região das cidades-gêmeas	24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 O DESPERTAR PARA O PRESENTE ESTUDO	14
1.2 INQUIETAÇÕES, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DO ESTUDO	17
2. REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	18
2.2 ENFRENTAMENTOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES.....	19
3. FRONTEIRAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	22
3.1 FRONTEIRAS DO BRASIL	22
3.2 ALCANCE SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU	23
3.3 FEMINICÍDIOS EM FOZ DO IGUAÇÚ	24
4. SOBRE O CUIDADO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	27
5. SOBRE O PATRONATO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇÚ-PR E O PROJETO BASTA	30
6. ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
6.1 SOBRE REFERENCIAL DE ESTUDO	33
7. CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA	35
7.1 LOCAL DE PESQUISA.....	35
7.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	35
7.3 NÚMERO DE PARTICIPANTES	36
7.4 LOCAL PARA AS ENTREVISTAS	36
7.5 TÉCNICA PARA A OBTENÇÃO DOS RELATÓRIOS	36
7.6 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS.....	37
7.7 PERÍODO DAS ENTREVISTAS	37
7.8. ASPECTOS ÉTICOS	37
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
8.1 MANUSCRITO 1.....	39
Introdução	40
Métodos	41
Resultados	43
Discussão	46

Considerações Finais	57
Referências	58
8.2 MANUSCRITO 2.....	63
Introdução	64
Métodos	67
Resultados	68
Discussão	70
Considerações Finais	73
Referências	75
9. CONCLUSÃO	78
10. REFERÊNCIAS	80
11. APÊNDICES E ANEXOS	86
11.1 APÊNDICE I.....	86
11.2 APÊNDICE II.....	87
11.3 APÊNDICE III.....	88
11.4 APÊNDICE IV.....	89
11.5 APÊNDICE V.....	90
11.6 ANEXO I – TERMO DE CIENCIA DO RESPÓNSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO	91
11. 7 ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	92

1. INTRODUÇÃO

1.1 O DESPERTAR PARA O PRESENTE ESTUDO

A importância do presente estudo se dá pelo expressivo aumento da violência contra a mulher no País, não se limitando apenas àquela praticada no âmbito doméstico, tendo por objeto investigar as razões que levam o homem a praticar ato tão abjeto.

Minha preocupação com o tema data de 2017, por ocasião da minha participação no Poliambulatório Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida – SCNSA, na cidade de Foz do Iguaçu, composto por um grupo interdisciplinar de profissionais de saúde voltados para o atendimento exclusivo dos autores da violência contra a mulher. Contribuiu, também, para a direcionamento preocupação com o tema, as situações de violência familiar, ocorridas com pessoas próximas, das quais tomei conhecimento ainda quando criança, e com pacientes ao longo do meu histórico de atendimento clínico psicológico.

Assim, o tema foi ganhando substância de maneira a aumentar o meu interesse científico na compreensão dessa importante disfunção sócio comportamental tão comum em nosso cotidiano que, ao extrapolar os limites da esfera privada, nos afeta com sua incomum força social, seja pelas estatísticas ou manchetes de jornais, ou ainda aquelas divulgadas por intermédio das redes sociais.

Em um dos encontros do mencionado grupo de atendimento multidisciplinar voltado ao atendimento dos homens que praticam a violência intrafamiliar, neste estudo tratados como Autores de Violência (AV), um deles que iniciava suas atividades naquele mesmo dia, clamou em profundo desabafo: “Por favor, porque ninguém nos escuta? Todos somente querem saber das mulheres, e nós? Nós também precisamos de ajuda”. Nesse momento, esse grito de socorro fez muito sentido para mim, principalmente como profissional da psicologia, mas também e acima de tudo, aguçou meu lado humano, pois a profissão que exercemos requer o acolhimento e também a indispensável atenção necessária à qualificação da escuta ativa das pessoas que clamam por ajuda. E, naquele exato momento, surgiu mais do que o simples interesse na realização deste estudo, abriu-se a possibilidade de poder contribuir para o entendimento de uma situação que afeta um grande número de famílias e pessoas e assim poder cooperar cientificamente para a redução de tais casos, o que, por si só, justifica a natureza deste trabalho.

Como estudante de mestrado em saúde pública na região da Tríplice Fronteira no Brasil, deparei-me com a necessidade em desenvolver pesquisas no âmbito da saúde pública. Assim, o tema em questão torna-se não apenas pertinente, mas assume relevância e ineditismo na região

de tríplice fronteira, considerando-se a ausência de estudos que abordem a violência contra a mulher, intrafamiliar ou não, na perspectiva dos AV.

O estudo da violência no campo da saúde pública assume relevante papel por tratar-se de uma questão da vida cotidiana, importante e simbólica, que envolve, segundo Schütz (2012): “as relações sociais entre pessoas”, uma vez que abarca as relações afetivas e sexuais bem como as relações de gênero e de poder.

Em suas reflexões sobre a violência e saúde como objeto de investigação e ação, Minayo (1998, p. 520) esclarece que: “a violência é um processo social não específico da área de saúde, mas que esta é atingida diretamente por ela.” Assim, ela também tem a função de desenvolver mecanismos de prevenção de modo a promover a saúde em seu conceito ampliado de bem-estar individual e coletivo.

A Organização Mundial da Saúde através da *World Health Assembly* (WHA, 1996), por meio da Resolução WHA49.25 de 1996, reconheceu a violência como um problema de saúde mundial. No Brasil, em 2001, há o reconhecimento da violência como um problema nacional e de saúde através da institucionalização da Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências.

Conforme o Ministério da Saúde (MS, 2009), a violência é uma questão social de grandes proporções que afeta toda a sociedade e possui as seguintes características: não discrimina pessoas; atinge todas as idades e indivíduos em todos os níveis sociais; surge durante diversos períodos de vida ou segue por toda a vida deles. O fenômeno da violência repercute no mundo inteiro e no seu rastro ficam os adoecimentos, perdas e mortes; sua manifestação ocorre por meio das ações humanas podendo ser individuais, grupais, e a partir dos Estados Nacionais; provocando danos físicos, emocionais e/ou espirituais a si próprios ou a outros.

A OMS (*World Health Organization* – WHO, 2002) descreve a violência em três dimensões: violência dirigida a si mesmo ou autoinfligida; violência interpessoal; e violência coletiva. A violência autoinfligida é a que envolve comportamentos suicidas e as automutilações. A violência interpessoal ou intrafamiliar, também conhecida como violência da família ou parceiro íntimo é a que ocorre no seio da família, na vida privada e aqui estão inclusos: o abuso infantil, a violência contra a mulher, a violência sexual, a violência contra idosos e a violência contra pessoas com deficiência. Já a violência coletiva ou comunitária são as ocorrências nos espaços públicos e os sujeitos, protagonistas da ação, não têm laços de parentesco, podendo ser conhecidos ou estranhos. De acordo com o MS (2009) apresentam-se, nesse âmbito, os casos de estupro por desconhecidos, violência juvenil, violência institucional

(em escolas, asilos, trabalho, prisões, serviços de saúde etc.) e a violência no trabalho (assédio moral e sexual).

Ainda sobre a Violência intrafamiliar, o MS (2009) esclarece que são consideradas as ações ou omissões realizadas por membros familiares e indivíduos que passam a assumir função parental, mesmo sem laços de consanguinidade. Esses cuidadores mantêm relação de poder, independente do espaço físico onde ocorra, comprometem a integridade física, trazendo prejuízos ao bem-estar físico e psicológico de outro membro familiar, também conhecida como violência de gênero.

O ambiente doméstico é o local onde ocorre a maior parte das agressões, conforme o Serviço Disque 180 (Proteção à Mulher). Em 2016, 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017). Destaca-se que, em 2016 (comparado a 2015), houve as seguintes variações nas violências registradas: aumento de 83% no número total de relatos de violência; aumento de 54% nos registros de cárcere privado, com a média de dezesseis registros/dia. De acordo com esse mesmo serviço, geralmente o principal AV é um familiar ou pessoa conhecida da vítima, na maioria das vezes, o marido, namorado ou parceiro.

De acordo com o Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (CERQUEIRA *et al.*, 2018), ainda em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, significando uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras; em dez anos, de 2006 a 2016, apontando um aumento na ordem de 6,4%. O Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 44) denuncia: “se as leis e as políticas públicas ainda não são suficientes para impedir que vidas de mulheres sejam tiradas de formas tão brutais, o enfrentamento a essas e outras formas de violência de gênero é um caminho sem volta.”

A partir da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), o Estado toma para si a responsabilidade de prevenir a violência, proteger as mulheres agredidas, ajudar na reconstrução da vida das famílias e punir os AV, sem deixar de considerar os mecanismos específicos de responsabilização e reeducação dos agressores.

A assistência aos agressores é parte importante no contexto da violência doméstica uma vez que, para eliminar ou reduzir esse tipo de abuso, é necessário sair da visão monolítica, transcendendo a categorização vítima-submissa e algoz-dominador. Soares (2012) informa que, ao reformular a imagem de si, o perpetrador de violências pode reformular também a imagem que ele percebe de determinada mulher ou das mulheres em geral, eventualmente tornando a violência inconcebível.

Conforme apontado por vários pesquisadores, dentre eles Ferreira (2017), Nothaft e Beiras (2019) e Medrado, Lemos e Brasilino (2011), faz-se necessário a ampliação dos estudos acadêmicos para a compreensão dos aspectos subjetivos que moldam e revelam as situações de violência doméstica na perspectiva dos homens AV, sendo primordial incluí-los como protagonistas no processo de enfrentamento da violência.

1.2 INQUIETAÇÕES, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DO ESTUDO

A pesquisa sobre AV contra mulheres é relevante no campo da Saúde Coletiva, uma vez que envolve os cuidados dirigidos aos homens dentro das estratégias para se lidar com a violência intrafamiliar.

Considerando-se a relevância apontada em estudos, no âmbito nacional, percebe-se que a produção científica brasileira sobre a abordagem aos AV ainda é incipiente. Nesse contexto, considera-se necessário o estudo do fenômeno da violência intrafamiliar sob a perspectiva dos AV, compreendendo as masculinidades violentas, objetivando delinear possibilidades de prevenção de novas violências.

Estudar os AV, nos permite compreender o perfil e o discurso daqueles que praticam a violência, não apenas no lugar de protagonistas na produção de violência, mas, fundamentalmente, no processo da desconstrução da violência a partir da reeducação, o que traz a dimensão relacional para esse fenômeno complexo e múltiplo.

A partir do exposto, esta pesquisa parte das seguintes inquietações: Como os autores de violência intrafamiliar se percebem diante desse fenômeno? O que leva esses homens à prática da violência? Enquanto protagonistas na geração de violência, é possível para eles ressignificarem esse fenômeno? Há possibilidade de mudanças por parte desses atores a partir de sua inserção nas atividades socioeducativas?

Partilhando deste entendimento, esta pesquisa tem como objetivo compreender o fenômeno violência intrafamiliar na perspectiva dos AV.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Couto e Schraiber (2005) apresentam as diversas classificações vinculadas à violência que as mulheres sofrem em casa ou no âmbito privado: violência familiar ou intrafamiliar, violência doméstica, violência nas relações amorosas e conjugais, violência contra a mulher, violência de gênero. Os dados sobre violência doméstica têm levado autores como Soares (1999) e Saffioti (2001), a considerarem que o lar é o espaço onde as mulheres e as crianças correm maior risco.

A história da violência doméstica no Brasil esteve centrada em explicações fundamentadas na noção de patriarcado a partir do binômio dominação/vitimização que, com o passar do tempo, incluiu possibilidades de enfrentamento da violência de gênero. Um marco histórico para o estudo da violência doméstica é a Lei Maria da Penha, implantada em 2006, que abre a possibilidade de prevenção e acompanhamento dos envolvidos na violência doméstica, incluindo trabalhos de orientação e de criação de centros de reabilitação de AV; política, até o momento, pouco aplicada pelos poderes públicos (NOTHAFT, 2015).

No cenário brasileiro, a violência doméstica é estudada de acordo com Grossi (1994), a partir de duas grandes correntes explicativas: uma que compreende a violência como um reflexo do patriarcado e da dominação masculina e outra que compreende a violência como parte de um complexo jogo de dominação/submissão no centro das relações de gênero.

Sobre o termo “gênero”, Cabral e Díaz (1998) informam que foi criado para distinguir os papéis socioculturais (*como ser homem e como ser mulher*) da dimensão biológica (macho e fêmea). Esclarecem que gênero, então, passa a ser o que a sociedade determina e a cultura define como *o ser homem e o ser mulher* mediante um conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes dessa sociedade, incluindo as formas sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, resultante de uma construção social originada a partir das diferenças sexuais (biológicas).

Cassab (2015) contribui ao informar que o termo violência de gênero é um fenômeno complexo e polissêmico. Diz que, apesar das várias nomenclaturas, da diversidade de concepções sobre a violência e da forma como as várias linhas de conhecimento vão abordá-la, há um pressuposto comum a todas: a violência intrafamiliar, doméstica ou de gênero ocorre em relações estabelecidas assimetricamente e são caracterizadas como: hierarquizadas e desiguais; permeadas pelo poder, força e coerção; há um sujeito que domina e outro que é subjugado.

Os autores Gomes, Minayo e Silva (2005), também entendem a violência contra a mulher como uma violência de gênero. Gênero, significando que nas intersecções das relações sociais, essa manifestação de violência distingue um tipo de dominação, de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, social e estruturalmente construído. Reafirmam também ser essa uma questão de saúde pública e de violação explícita dos direitos humanos.

2.2 ENFRENTAMENTOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES

Lima, Buchele e Clímaco (2008) apontam o surgimento de três momentos no combate à violência doméstica no Brasil: o primeiro momento foi o da criação das Delegacias da Mulher em 1985; o segundo momento ocorreu na elaboração dos Juizados Especiais e Criminais em 1995; e o terceiro aconteceu com a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 (BRASIL, 2006).

A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, ficou conhecida popularmente como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Essa lei foi criada em resposta aos esforços coletivos dos movimentos de mulheres, atendendo as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de estabelecer mecanismos para reprimir, punir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, regulamentando assim, o artigo 226, parágrafo 8º da Constituição Federal, ao criar os mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares.

O citado dispositivo legal define, em seu artigo 7º, que são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial (relacionada aos bens materiais) e também a moral (BRASIL, 2006). Como se constata, o espectro de crimes é abrangente. Cabe esclarecer, por oportuno, que essa violência será tratada como crime mesmo que ocorra fora dos limites domésticos.

Conforme Nothhaft (2014), no Brasil, ainda de forma generalizada, tem-se o paradigma da violência doméstica: “a mulher que apanha” e o “homem que agride”, considerando-os como seres cristalizados, repetidores de comportamentos padronizados e identificados na totalidade a seus respectivos papéis socioculturais, hegemônicos.

A questão de Couto e Schraiber (2005), na problemática sobre o papel masculino permanece atual, mesmo decorridos quinze anos (Ano-base: 2020): como se consubstancia o sentido que relaciona a representação social masculina com a violência e que razões ou motivos

podem ser acionados na busca de entender o envolvimento de homens e mulheres que partilham a vida afetiva em situações de violência?

Gomes, Minayo e Silva (2005) apresentam como decisivo, no campo do enfrentamento das violências, a construção e o fortalecimento de diferentes programas e estratégias, tanto para os AV quanto para as mulheres vítimas. Para tamanho problema, sugerem a promoção e a organização de grupos de mulheres na perspectiva de conhecimento e compreensão de seus direitos; o fortalecimento e o acesso dessas mulheres a uma rede de apoio social; e a promoção e organização de grupos de homens autores de violência.

Há dois marcos instituídos pela Lei Maria da Penha explicitados nos seus artigos 35 e 45. O primeiro trata da implantação de serviços de atendimento integral e multidisciplinar à mulher e dependentes em situação de risco, inclusive programas e campanhas de enfrentamento dessa violência bem como a criação de centros de educação e reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006). O segundo, mais complexo, nos remete ao artigo 152, parágrafo único, da Lei de Execução Penal de nº 7.219, promulgada em 11/07/1984, que estabelece, nos casos de violência doméstica contra a mulher, que o juiz poderá determinar o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (BRASIL, 2006). Assim posto, constata-se a preocupação, atenção e cuidado não apenas para com as vítimas, mas também para com os AV.

Nesse mesmo sentido, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República publicou o documento “Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores”, com as normas e diretrizes para nortear sua implementação (BRASIL, 2011).

Nessa mesma direção, são significativos os importantes trabalhos de ilustres pesquisadores, cujos levantamentos bibliográficos são, a seguir, minudenciados: Medrado, Lemos e Brasilino (2011); Nothhaft (2014, 2015); Mistura (2015); Bacigalupe (2016); Beiras e Nascimento (2017); e Ferreira (2017). Os trabalhos desses pesquisadores apontam como vertentes eficazes os trabalhos dentro da perspectiva relacional, através da criação e implantação de espaços reflexivos tanto para homens como para mulheres.

Para os autores supracitados, seriam esses os ambientes próprios para que os homens pudessem trazer sua bagagem de conhecimento, suas experiências vividas e suas subjetividades (SCHÜTZ, 2012). Também seriam os espaços para expressarem seus pontos de vista, angústias, sem que sejam enquadrados apenas sob a alcunha direta de ‘*homem, logo agressor*’ (BLAY, 2014). Locais em que os AV doméstica, através de grupos de reflexão e reeducação, possam, dialogicamente, através de uma imersão crítica, repensar seu cotidiano recuperando os aspectos históricos e sociais dos papéis masculinos e femininos; onde seja possível aos participantes

repensar suas atitudes sociais, possibilitando ao AV uma mudança de percepção (MEDRADO; LEMOS; BRASILINO, 2011).

Saffioti (2001) já indicava esse caminho quando afirmava que há de se investir na mudança não só das mulheres, mas também dos homens. Ferreira (2017, p. 9) contribui com o seguinte pensamento:

Um comportamento violento é construído, aprendido, e desconstruir essa ação que viola o direito do próximo exige reflexão, reeducação, respeito nas relações de gênero e, em alguns casos oportunidades de um mínimo social, de dignidade em áreas comuns a todos como saúde, educação, moradia e, principalmente, trabalho.

Ainda em Ferreira (2017), a autora cita que a organização Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), no Rio de Janeiro, realizou pesquisa entre 2014 e 2015, demonstrando que das 27 capitais brasileiras, apenas 10 empreendiam trabalhos nessa linha de ação. Destacou, igualmente, em sua pesquisa, os vários projetos brasileiros que seguem a linha de atuação que se embasam na vertente da assunção da responsabilização pelos próprios autores de violência familiar, através de ações relacionais, trabalho esse realizado por profissionais de várias áreas configurando a interdisciplinaridade.

Outro aspecto destacado por Medrado, Lemos e Brasilino (2011) está relacionado aos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, citando que estes têm dificuldades e contradições em seus posicionamentos quanto aos atendimentos dirigidos aos AV intrafamiliar, sugerindo que há necessidade de que eles aumentem a lente de visão sobre essa problemática, de modo a subtrair do processo as visões já preconcebidas.

Soares (2004) aponta que a assistência ao autor de agressão de gênero é uma inversão do pensamento do “senso comum”, tendo em vista que, em geral, é mais fácil a empatia com a vítima e, para os profissionais imbricados no atendimento na esfera da violência doméstica, seguir esses mesmos *modus operandi* já estabelecidos socioculturalmente, ou seja, a forma dominante do patriarcado brasileiro, seria uma tendência. Assim, eles apresentam razoável resistência para novas propostas, o que foi historicamente herdado também dos movimentos feministas radicais.

Sobre o enfrentamento na rede de saúde, Minayo e Souza (2005, p. 340) corroboram:

A capacitação dos profissionais de saúde, também no âmbito da prevenção primária, se apresenta, aliada a outras formas de intervenção profissional, como pilar importante deste processo, especialmente no que se refere à mudança de atitudes, à busca de formas eficazes de diagnosticar e à não redução da atenção ao trato das lesões e traumas.

Assim, destaca-se que conhecer os cenários em que ocorrem as violências, inclusive as domésticas, é de suma importância, não apenas no contexto dos grupos de reflexão e reeducação dos próprios AV, mas se mostra igualmente relevante para os vários agentes que participam da rede de ações destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. A ampla informação do tema à sociedade civil abre a possibilidade de conhecimento ‘do novo’, ‘do diferente’ bem como da contextualização ‘do outro’ no cenário da violência doméstica, desconstruindo pensamentos dualistas e unidimensionais, como: vítima contra agressor; submissão e dominação. Configurar novos saberes passa pela desconstrução do pensamento maniqueísta.

3. FRONTEIRAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

3.1 FRONTEIRAS DO BRASIL

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Brasil tem, aproximadamente, 8.515.767 km² de área geográfica. Uma região significativamente ampla em relação aos outros países do globo, fato que culminou na expressão “país continental”. Apresenta um litoral com 7.367 km de extensão, com uma concentração das áreas urbanas marcadamente maior na região litorânea. Paradoxalmente, a fronteira terrestre do Brasil tem mais que o dobro de extensão do litoral, totalizando 16.886 km. O Brasil tem uma área continental, mas não se limita ao continente. De fato, o território brasileiro tem fronteiras com quase todos os outros países da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador (IBGE, 2012).

Ao longo da região das fronteiras, estão distribuídos 588 municípios (10,6% dos municípios brasileiros) e apenas 10 milhões de habitantes, cerca de 5% da população em 2011 (SALLA; ALVARES; BALLESTEROS, 2011).

Kleinschmitt, Azevedo e Cardin (2013) ressaltam as tensões, conflitos, disputas e diferenças étnico-sociais características destas regiões, bem como a fluidez de sua construção, a partir dos sujeitos sociais em movimento. A fronteira é uma área de conflito, no sentido de que é, ao mesmo tempo, o lugar de descoberta, mas também de desencontro do outro. Para fins de pesquisa, é relevante buscar regiões com maior riqueza de interações étnicas e sociais. Também é importante favorecer regiões apresentando desafios de maior complexidade, em que pesquisa acadêmica é um recurso importante para implementação de melhorias sociais efetivas.

3.2 ALCANCE SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU

O Diário Oficial da União de 24 de março de 2014 estabelece os critérios para definição de cidades-gêmeas, ou seja, municípios brasileiros vizinhos de localidade estrangeira, com grande potencial econômico e cultural, bem como problemas derivados das interações transnacionais. O Quadro 1, a seguir, apresenta as cidades gêmeas com população superior a 50.000 habitantes.

Quadro 1 – Cidades-gêmeas brasileiras com mais de 50.000 habitantes.

Município	Estado	População 2010	Código do Município IBGE
Foz do Iguaçu	PR	258.823	4108304
Uruguaiana	RS	125.435	4322400
Corumbá	MS	103.703	5003207
Santana do Livramento	RS	82.464	4317103
Ponta Porã	MS	77.872	5006606
São Borja	RS	61.671	4318002
Tabatinga	AM	52.272	1304062

Fonte: IDESF (2018).

As cidades mais destacadas em termos populacionais são: Foz do Iguaçu (PR), Uruguaiana (RS), Corumbá (MS) e Santana do Livramento (RS). O Quadro 2, na sequência, destaca o universo populacional envolvido, ao considerar as populações adjacentes dos países vizinhos.

Quadro 2 – População total da região das cidades-gêmeas.

Município	Vizinhança	Pop. Brasil	Pop. Vizinha	Pop. Total
Foz do Iguaçu	Ciudad del Este (PY), Puerto Iguazú (AR)	258.823	380.275	639.098
Uruguaiana	Paso de los Libres (AR)	125.435	43.251	168.758
Corumbá	Puerto Quijarro (BO), Puerto Suárez (BO)	103.703	34.903	144.802
Santana do Livramento	Rivera (UY)	82.464	103.493	181.256

Fonte. IDESF (2018).

Observamos que, no Quadro 2, em relação à população total envolvendo os municípios vizinhos de Foz do Iguaçu, foi considerada somente a população do município de Ciudad del Este. A população da região metropolitana é da ordem de 550.000 habitantes e, caso considerada a área de conurbação englobando as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, teremos uma população total de mais de 880.000 habitantes nessa região de fronteira, ou seja, quase 5 vezes maior que a segunda região mais populosa, Santana do Livramento.

3.3 FEMINICÍDIOS EM FOZ DO IGUAÇÚ

No que concerne à Foz do Iguaçu, Cardin (2005) traça um perfil regional marcado pela multiplicidade étnica, mercado de trabalho instável e cíclico, criando um quadro negativo para o desenvolvimento social. Foz do Iguaçu tem alta concentração de renda, desigualdades comunitárias, más condições de moradia e altos índices de criminalidade, apresentando taxas de homicídios maiores do que o restante do estado do Paraná, tendo atingido 102 mortes por 100 mil habitantes em 2006, número que vem diminuindo desde então. Contudo, as taxas ainda continuam elevadas em 37,51 homicídios por 100 mil habitantes em 2016, contra 27,85 de média nacional e 29,24 de média entre as cidades gêmeas fronteiriças, segundo o relatório Diagnóstico do Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil (IDESF, 2018).

Paralelamente, o Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015) aponta a média nacional de 4,8 feminicídios por 100 mil habitantes em 2013. No mesmo ano, Foz do Iguaçu registrou nove feminicídios por 100 mil habitantes, com uma média entre 2008 e 2013 de 8,8 feminicídios.

Enquanto a região apresenta uma taxa de homicídios 34,7% maior do que a média nacional e 28% maior do que a média das cidades de fronteira, temos uma taxa de feminicídios 83,3% maior. Esse número indica que, mesmo levando em conta os problemas sociais locais e sua influência na taxa de homicídios, a mulher na região da tríplice fronteira está muito mais exposta aos riscos do feminicídio.

A ONU Mulheres (2011, 2014) e Brasil (2016) apontam que, apesar do imaginário popular configurar os feminicídios decorrentes apenas dos chamados crimes passionais, motivadas por questões de foro íntimo, o cerne destes continua sendo a desigualdade de poder que caracteriza as relações sociais entre homens e mulheres, além da responsabilidade da sociedade e do Estado na tolerância com a prática de tais crimes.

Kleinschmitt (2016) nos chama atenção para esse aspecto ao relatar divergências entre as narrativas jornalísticas e de entrevistados, que, geralmente, relacionam esses crimes como sendo execuções praticadas pelo narcotráfico, e o relato dos próprios acusados que, muitas das vezes, demonstram motivos diversos, como pode ser constatado no exemplo abaixo:

Una joven brasileña de 18 años que estaba embarazada fue asesinada por — motosicarios que le dispararon dos veces en el corazón. Ocurrió en la medianoche del martes, en el barrio Mariscal López de Hernandarias. La Policía sospecha que su expareja, con quien tiene una hija de dos años, fue el autor moral del crimen, teniendo en cuenta que la amenazaba constantemente, diciendo que el hijo que concebió con otro hombre no nacería. (KLEINSCHMITT, 2016, p. 86).

Segundo Laurent, Platzer e Idomir *apud* Neves (2016, p. 9-10), o feminicídio decorre de relações sociais de gênero assimétricas e apresenta suas diversas tipologias, desde as mortes por honra, machismo, tortura e homicídio misógino, até aqueles resultantes da violência entre parceiros, orientação sexual e/ou identidade de gênero, passando por aqueles motivados pelo tráfico humano, de drogas ou armas, bem como ação de gangues, até o homicídio étnico, as mutilações e feitiçarias.

Contribuindo para compreendermos a construção social machista, Jesus (2014) afirma que o machismo na América Latina é resultado do influxo das culturas do colonialismo europeu, acrescida das questões religiosas católicas para a construção de um tecido social em que a dominação masculina subjaz e é onipresente; assim, as assimétricas construções sociais que legitimam os papéis do masculino dominando o feminino decorrem desde a época colonial e ainda hoje são reproduzidas.

Jesus (2014), ao discutir sobre o mundo macho, as masculinidades e relações internacionais, elucida que as masculinidades se originam das práxis sociais do indivíduo em

sociedade e não se constituem como entidades fixas encarnadas nos corpos ou nos traços de personalidade das pessoas.

Neves (2016) comenta a aceitação tácita da violência pelas sociedades e a necessidade premente de medidas reeducativas:

Sob o pretexto do ciúme, da dependência de substâncias, da doença mental ou da impulsividade dos agressores, da negligência das vítimas ou da ineficácia do sistema, as notícias sobre os crimes pretensamente motivados pela paixão ou pelo amor doentio são cada vez mais frequentes, deixando a descoberto uma realidade que, ainda assim, está longe de ser fielmente retratada. Casos de mulheres mortas após a ruptura das relações, na sequência da apresentação de queixa ou da determinação de medidas de coação de afastamento ou de vigilância eletrônica, dão conta da urgência de se investir, por um lado, na criação de uma cultura de tolerância zero face à violência, que desafie as condições de sustentação das assimetrias de gênero e, por outro, no aperfeiçoamento de medidas de proteção às vítimas e de inibição da conduta dos agressores. (NEVES, 2016, p. 11).

Na conurbação da tríplice fronteira, as manchetes nacionais e internacionais, bem como as pesquisas científicas (KLEINSCHMITT, 2009, 2012, 2016), demonstram que as linhas e os limites de fronteira da violência de gênero são entrecruzadas constantemente. Infelizmente, como apontam os documentos e relatórios da ONU Mulheres (2011, 2014), Brasil (2016) e diversos autores (SEGATO, 2005; FIGUEIREDO, 2015; WAISELFISZ, 2015; NEVES, 2016; PERISSINOTTO; SZWAKO, 2017; CERQUEIRA *et al.*, 2018;), para a violência contra a mulher não existem fronteiras, nem limites. Os feminicídios comprovam o fim da linha da vida de várias mulheres que, muito antes, por meio da violência sistemática de qualquer natureza (física, simbólica, psicológica, patrimonial) a que são submetidas, já estavam rompidas com as fronteiras e os limites de seus corpos e mentes em vida.

Kleinschmitt, Azevedo e Cardin (2013), ao refletirem sobre espaço social em fronteira, fazem um paralelo da fronteira territorial e da fronteira humana que se manifestam como locais de disputas. As fronteiras físicas e/ou simbólicas se revelam na descoberta e (des)encontro do outro através dos conflitos étnicos e sociais. O território é construção dos sujeitos sociais que o habitam, o constroem e fazem seus movimentos de ir e vir: transfronteiriços em movimento, em ação.

Felizmente, assim como a violência não tem fronteiras, a educação também não as tem, portanto, por meio dessa vertente, é possível (re)construir e (re)significar construções sociais, territorialidades, pontes, lugares (físicos, simbólicos) para a cultura da tolerância zero contra as violências de qualquer natureza. Os encontros e des(encontros) de corpos e de mentes não precisam ser tão somente lugar de conflitos ou final de linha da vida humana. Podem ser os limites e fronteiras, desse lugar que é o outro, que reconheço como não eu. Possibilidades de

movimentações transfronteiriças das diferenças que somam, agregam e trazem consigo as alteridades em movimentos multifronteiriços, multiculturais, multigêneros e transnacionais.

4. SOBRE O CUIDADO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

O cuidar, na Fenomenologia, se constitui sobre duas perspectivas: ôntica e ontológica (HEIDEGGER, 2002). Ôntica, quando traz os sentidos de atenção, cautela, zelo, responsabilidade, traduzida pelo existente concreto da realidade. Pela premissa ontológica, cuidar é essência apresentada em sua singularidade, dando sentido à relação (PALA, 2008). Heidegger (2002) afirma que o cuidado é uma dimensão do *ser*, é ontológico e, portanto, trata-se de uma condição própria do humano. Contribuindo com essa reflexão, auxilia-nos Coelho e Fonseca (2005) que nos indicam que, pensar e refletir sobre o ‘cuidado’, nos remete ao humano e a trajetória humana se constituiu em suas formas complementares e mútuas de: manter a vida e refrear a morte.

Coelho e Fonseca (2005) também trazem a relação milenar, civilizatória, da relação entre mulheres e o cuidar, a partir do eixo maternidade e cuidados com o parto, donde se originam padrões e práticas de higienização, alimentação, comportamentos de tocar, cheirar e gestos rudimentares de afago. Essas semelhanças femininas no cuidar e na maternagem reforçam a visão de comportamento diferente na relação homem-mulher-cuidar. Como bem apresentam essas autoras, o corpo da mulher revela-se extensão e lugar de cuidado do outro:

Por ser considerado expressão de fecundidade, o corpo das mulheres comunica cuidado pelo prolongamento do seu próprio corpo e pelas experiências nele vividas. Elas cuidam do recém-nascido e do seu desenvolvimento, de outras mulheres na puberdade, gestação e parto, de adultos, idosos e moribundos, estando, assim, presentes em todo o ciclo vital dos seres humanos. (COELHO; FONSECA, 2005, p. 215).

Granja (2008) elucida que esse cuidado por parte das mulheres parece implicar em uma especialização na divisão do trabalho por gênero. A psicóloga nos remete às considerações entre atividades do público e privado: o cuidar no seio da família, o privado e as atividades das mulheres e a importância do cuidar enquanto proteção da comunidade em atividades externas, no espaço público, direcionado ao homem. Assim, vão se constituindo os papéis do macho e da fêmea socialmente dados, construídos; instituindo os âmbitos privados-públicos das relações mulher-homem, bases da sociedade patriarcal.

Portanto, Macedo Filho (2015), ao discorrer sobre cuidado no âmbito intrafamiliar, propõe uma discussão ao nível público e privado, a partir de uma reflexão crítica de gênero sobre o que é o cuidado. Considerando também que na palavra cuidado estão imbuídos os conceitos e sentidos da responsabilidade por fazer assistência, valores sociais são atribuídos ao mundo feminino, à mulher, ampliando seu papel no âmbito público como, por exemplo, nas áreas da saúde e da educação. Esse autor nos lembra que a associação da maternidade e da cuidadora, leva essa mulher a estender esses cuidados aos espaços públicos, quando cuida dos vizinhos, dos amigos, e também nas profissões de enfermeiras, assistentes sociais, professoras, dentre outras. Ainda segundo esse autor, na sociedade patriarcal, a condição do cuidar é dada de forma naturalizada para a mulher; sua identidade como mãe, reprodutora, a eleva para o ser do amor incondicional, da abnegação, sendo essa condição natural *per se* e inequívoca.

Lyra-da-Fonseca (2008) faz um contraponto com as pesquisas que atribuem o cuidar naturalizado da sociedade patriarcal à mulher, ao instigar os estudos pela perspectiva de gênero também, mas refletindo como diferenças se constituem em desigualdades; trazendo uma dimensão relacional do conceito de gênero ao compreender a dinâmica social de maneira hierarquizada nas relações entre o masculino e o feminino. Sugere investigar as masculinidades além dos signos e significados, bem como inserir no bojo das pesquisas os preconceitos e estereótipos que se constituem em práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade, tal como se apresenta a seguir:

A ideia de que os homens, via de regra, não se interessam por questões relativas à sexualidade e à reprodução e de que o planejamento familiar e o cuidado dos filhos são atribuições e responsabilidades das mulheres está embasada numa visão machista e sexista, que impede às mulheres e aos homens o pleno exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, em face das limitações impostas por padrões culturais inscritos em práticas preconceituosas. (LYRA-DA-FONSECA, 2008, p. 211).

Contudo, Granja (2008) considera que ao mesmo tempo em que o modelo machista coloca o homem em condição superior a partir de um suposto modelo de hierarquia, esse mesmo modelo traz prejuízos ao homem: uma vez que o cuidado está relacionado ao papel da mulher, ao feminino, esse homem não procura o autocuidado e faz o revés tendendo para posturas autodestrutivas. Salienta essa autora que os dados epidemiológicos comprovam esses fatos, ao apresentarem estudos de taxas expressivas, com homens jovens que morrem mais cedo, devido às causas externas da violência, tais como: homicídio, suicídio e acidentes de trânsito, transtornos mentais graves ou em decorrência do uso abusivo de drogas.

Consequentemente, verifica-se a expectativa de vida do homem menor do que a das mulheres, em média de oito anos; nessa vertente, corroboram as pesquisas do Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

Guimarães e Diniz (2017) apontam que os sentidos de violência para os homens se constroem de forma naturalizada em seu processo de socialização das masculinidades tais como: a soberania masculina, a valentia, a honra, a dominação, a invulnerabilidade e a força. Esse modelo naturalizado traz a violência como um atributo masculino e o apresenta como afirmação do “ser homem”; contribuindo dessa forma para que os homens adotem práticas que colocam em risco suas vidas e os induz às condutas autoritárias nas relações, principalmente no âmbito familiar. Modelo evidenciado em estudos com autores de violência, quando estes não reconhecem a agressão intrafamiliar como um ato de violência. Em geral, associam a violência apenas ao âmbito público e a negam no privado.

As pesquisas desenvolvidas com AV intrafamiliar evidenciam que esses homens, em geral, não possuem antecedentes criminais, sendo consideradas pessoas de boa índole, corretas e trabalhadoras. Vale destacar que essa condição identitária é reivindicada por esses mesmos AV (AGUIAR; DINIZ, 2009; LILA; GRACIA; HERRERO, 2012).

Dessa forma, cabem as perguntas: Como pensar sobre cuidados com alguém que não se reconhece necessitado de? Como cuidar a partir de um modelo hegemônico socialmente instituído e legitimado?

Vários autores, dentre eles, Medrado e Lyra (2008), Medrado, Lemos e Brasilino (2011), Beiras e Nascimento (2017) e Ferreira (2017) apontam, como vertentes eficazes, os trabalhos reflexivos, a partir da linha educacional. Sobre a atuação desses profissionais das várias áreas de conhecimento no atendimento a esse público, podemos destacar a pesquisadora Waldow (2009), ao trazer a dedicação e concentração como instrumentais nas questões de se refletir o cuidar aos AV, visto que, para muitos profissionais, é difícil desenvolver empatia com esses assistidos (MEDRADO; LEMOS; BRASILINO, 2011).

Waldow (2009) contribui com o pensar em fazer diferente esse cuidado, quando o profissional se permite adotar a postura da reflexão-na-ação, por meio dos seguintes procedimentos: focar a atenção do atendimento no Aqui e Agora, ciente das singularidades presentes em cada um que se revela diante de si; permitir-se modificar suas ações *in situ* e ser aprendente de sua própria performance (WALDOW, 2009) e tornar-se o presente que se transforma na realidade concreta do vivido (SCHÜTZ, 2012).

Um caminho que também pode ser cuidado, sendo saúde a partir do viés educacional Fenomenológico Social (SCHÜTZ, 2012), é a possível ênfase do profissional de saúde ao olhar

para o outro que necessita de cuidados, olhando-o como um ser em que os sentidos e significados estão implícitos e compreendendo o mundo e as relações sociais, nele, imbricadas.

Schütz (2012) apresenta um arcabouço de conceitos que podem auxiliar e qualificar o cuidado dos vários profissionais de saúde, e de outras áreas do conhecimento no atendimento aos AV. A partir da compreensão do mundo social e das historicidades dos indivíduos (situação biográfica), esses profissionais de saúde podem na relação social entre profissional e AV, compreender as subjetividades e motivos existenciais dos autores de violência, bem como dar-se conta das possibilidades das intersubjetividades entre eles e assim adequar a comunicação, o acolhimento e qualificar a escuta, possibilitando a recolocação do homem em sua condição existencial, compreendendo suas relações sociais e percepções cotidianas, o concreto do vivido (SCHÜTZ, 2012).

Cuidar, ressignificando vidas a partir das *intencionalidades recíprocas* (profissional e AV) projetadas para o futuro – “Motivos Para” – considerando possibilidades de construção de novos saberes a respeito de si e do outro que se apresenta (SCHÜTZ, 2012).

5. SOBRE O PATRONATO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU–PR E O PROJETO BASTA

Por meio da Lei municipal de Foz do Iguaçu-PR, nº 4.085, de 6 de maio de 2013 (FOZ DO IGUAÇU-PR, 2013), foi criado o primeiro Patronato Penitenciário municipalizado do Brasil em Foz do Iguaçu, PR. Ele está situado no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade.

Seu objetivo é fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionalidades resultantes das Alternativas Penais, entendidas como toda e qualquer forma de cumprimento de pena ou outra medida alternativa em meio aberto, aliada à assistência integral, compreendendo as esferas jurídica, psicológica, social, pedagógica e cultural, com vistas à reintegração social e à consequente diminuição da reincidência criminal dos assistidos.

Também, conforme abaixo, no parágrafo 1º da mencionada Lei Municipal, observa-se a vinculação do Patronato na observância da lei de execução penal nos âmbitos federal e estadual.

§ 1o O Patronato Penitenciário de Foz do Iguaçu atuará em cumprimento ao disposto na Lei Federal no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei da Execução Penal – e em observância às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, através do Patronato Central do Estado.

No estado do Paraná, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) fundou a Câmara Técnica de Gestão do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, em março de 2013, pelo Decreto Estadual 7554/13, que instituiu Programas de Educação e Reabilitação do Agressor. Para tanto, a SEJU implantou o Projeto BASTA em 14 cidades, nessa mesma data. Não encontramos iniciativas semelhantes para implantação do Projeto Basta em outros estados do Brasil.

O Projeto BASTA consiste em atividades e ações socioeducativas para autores de violência doméstica as quais são desenvolvidas em parceria com os Patronatos Municipais no Estado do Paraná. Dentre as cidades destaca-se Foz do Iguaçu, região da Tríplice Fronteira do Paraná. O BASTA iniciou suas atividades em 19 de março de 2016 e, até dezembro do mesmo ano, participaram do projeto 74 AV, entre eles quatro mulheres (CHEFER; MORI; BARBOSA, 2017).

Ainda de acordo com Chefer, Mori e Barbosa (2017), o setor de Psicologia do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, junto as demais equipes multidisciplinares, atende indivíduos e seus familiares bem como outras demandas oriundas de vulnerabilidades sociais. Até novembro de 2015, atingiu, em suas diversas atividades, mais de 5.200 pessoas. Também desenvolve projetos através de grupos educativos: BLITZ, SAIBA, SOU CAPAZ e o BASTA, já citado.

O Projeto Intervenção Contra a Violência Doméstica – Grupo BASTA, tem por objetivo a sensibilização do agressor sobre a violência doméstica. Ressalta-se que esse trabalho em grupo tem caráter pedagógico e visa proporcionar esclarecimentos e conscientização sobre a violência contra a mulher, possibilitando, a partir das dinâmicas e atividades, levar ao autor de violência às desconstruções de mudança dos padrões naturalizados de gênero, de violência de gênero e masculinidades (CHEFER; MORI; BARBOSA, 2017).

Os assistidos do BASTA são pessoas judicializadas que cumprem pena por violência doméstica, de acordo com a Lei 11.340/2006 (Maria da Penha), sendo sua participação no projeto condição obrigatória imposta pelo Juiz.

O funcionamento do Projeto BASTA acontece em 4 encontros semanais, com duração de cinco horas em cada encontro. O número de participantes de cada grupo é de, no máximo, quinze homens por encontro, justificando até 20 horas pelo cumprimento da pena, não havendo número de horas pré-determinadas (cabe ao Juiz decidir se o autor pode ou não cumprir pena alternativa). Os encontros são conduzidos por equipes multidisciplinares das áreas de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Direito, todas essas equipes coordenadas em parceria com o Centro Acadêmico da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Os principais temas abordados no grupo são:

- Acolhimento;
- Alienação parental;
- Análise de um comportamento agressor;
- Como homens e mulheres são atingidos de maneira diferenciada;
- Compreender os fatores Sócio-Históricos da Violência contra a Mulher;
- Compreensão da raiva: auto análise dos pensamentos e atitudes diante de situações difíceis;
- Compreensão das emoções e formas positivas de lidar com estas. Trabalhando técnicas de relaxamento e novos repertórios comportamentais;
- Comunicação assertiva;
- Conceito de violência e suas definições;
- Definição tipos de violência contra a mulher;
- Desigualdades estruturais nas relações de gênero e a determinação de “papéis e lugares” homens e mulheres;
- Discutir a Lei 11.340\2006 (Lei Maria da Penha);
- Estatísticas da violência contra a mulher;
- Gênero e violência;
- Intergeracionalidade “a violência aprendida”;
- Machismo Patriarcado;
- Refletir sobre o delito cometido e repensar dimensões da violência contra a mulher e a dinâmica familiar;
- Violência familiar e seus efeitos na criança.

O Programa BASTA está inserido nos trabalhos da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência e é fruto de parceria do sistema de justiça do estado do Paraná entre os seguintes órgãos: Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Ministério Público, Centrais de Medidas Alternativas, Secretarias Estaduais e Municipais de Justiça e Poder Judiciário (SOUZA *et al.*, 2016).

Souza *et al.* (2016), ao discorrer sobre o Programa BASTA em Jacarezinho – PR, trouxe a importância desse projeto, destacando que houve um movimento interacional entre equipe e participantes. Ressaltou também que o ambiente do Patronato Municipal é um espaço de escuta qualificada em que os autores de violência se expõem, se expressam, sem se sentirem discriminados. Outro destaque de relevância social foi a assunção da parte dos AV sobre a responsabilidade pelos seus atos violentos no lar, conscientizando-se para estabelecer uma nova

perspectiva de vida, sem violência conjugal contra as mulheres, após a participação no programa de reflexão do BASTA, sendo esse um dos principais objetivos do programa.

6. ASPECTOS METODOLÓGICOS

6.1 SOBRE REFERENCIAL DE ESTUDO

O presente estudo se constitui em uma pesquisa qualitativa, com o referencial da Fenomenologia Social de Alfred Schütz (SCHÜTZ, 2012). Pretendeu-se, com ele, compreender de que modo os AV se reconhecem nos contextos de violência nos quais estão inseridos e como se formou o perfil desses autores a partir dos sentidos construídos por eles. Dentre os referenciais da pesquisa qualitativa, a Fenomenologia Social de Alfred Schütz mostrou-se coerente com o presente estudo por permitir a compreensão dos fenômenos sociais humanos no cotidiano a partir de experiências concretas do vivido dos AV (SCHÜTZ, 2012).

A Fenomenologia Social (SCHÜTZ, 2012) nos possibilita a ampliação da compreensão do fenômeno da violência intrafamiliar, pois ela entende que o mundo cotidiano é o cenário onde o sujeito está, vive e se constitui enquanto pessoa.

Dessa forma, ao se considerar a vivência dos AV em suas relações sociais cotidianas, abriram-se as possibilidades de ressignificação. Isso ocorreu a partir de alguns pressupostos tais como: *Atitude natural; Mundo social ou Mundo da vida; Relação social; Relação social do tipo face a face; Intersubjetividade; Bagagem do conhecimento; Motivação – Motivos Por que e Motivos Para; Situação Biográfica; Reciprocidade de Intenções e Tipificação.*

Na Fenomenologia Social, Alfred Schütz (2012) esclarece que a estrutura da realidade dos indivíduos molda-se socialmente. Assim, a compreensão dos fenômenos cotidianos da existência humana no Mundo da Vida, considerado esse como ‘mundo social’.

O fenômeno da violência intrafamiliar, pode ser explicado pelo senso comum como uma *atitude natural*, sendo essa a condição em que o sujeito não cria dúvidas frente ao que lhe foi construído anteriormente, mesmo antes de ter nascido. Essa realidade já estabelecida, faz o homem agir de modo natural. Percebe-se que a estrutura social aceita essa violência como algo natural, haja vista o jargão popular “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

A violência ocorre por meio da *relação face a face* entre o agressor e a mulher, sendo esta intersubjetiva (SCHÜTZ, 2012) e, como tal, apresenta-se em uma estrutura de significados na vivência, contextualizando as ações sociais. Na *relação social face a face* há aproximações,

distanciamentos, interações que possibilitam aos envolvidos expressar seu modo de ser, suas angústias, frustrações, medos, inseguranças, expectativas futuras, enfim, sua *bagagem de conhecimento*. São nessas experiências que a *subjetividade* entre AV e a mulher vítima se manifesta. Para a Fenomenologia Social, nesses momentos, se concretiza a *intersubjetividade*.

Schütz (2012) nomeia como *bagagem de conhecimento* nossas vivências cotidianas, nossas experiências recebidas da herança de nossos predecessores e contemporâneos. Há a compreensão da experiência vivida por meio de ações exteriorizadas que constituem a base da comunicação e da relação social. Mas, a compreensão da ação humana ocorre quando se apreende a *motivação* dessa ação, ou seja, os *motivos existenciais* (SCHÜTZ, 2012).

Motivos Existenciais ocorrem ao longo da vida, atribuindo sentido e significado ao mundo em decorrência de seus interesses e expectativas. Desses, decorrem os “Motivos Por que”: baseados em experiências passadas, do concreto já realizado; e os “Motivos Para”: as experiências ainda não vividas, as expectativas, o projetar-se para o futuro.

As vivências passadas podem indicar os “Motivos Por que”, justificando o que levou este homem AV à manifestação daquela ação violenta. Agora, a intencionalidade deste homem no tocante às suas ações violentas projetadas para o futuro, bem como a possibilidade de mudança desse comportamento agressor dizem respeito aos “Motivos Para” (SCHÜTZ, 2012).

A ação intencional, alicerçada pelas experiências anteriores, constrói no sujeito seu armazenamento e *bagagem de conhecimentos*, constituindo sua sabedoria, sua história única de vida denominada segundo Schütz (2012) *situação biográfica*.

O fenômeno da violência intrafamiliar se dá no mesmo espaço e tempo cronológico, tendo uma intencionalidade nessa ação entre o agressor e a mulher agredida. Nesse contexto privado, acontecem as intenções recíprocas da violência. É o que Alfred Schütz denomina de *reciprocidade de intenções* (SCHÜTZ, 2012).

Diante disso, o grupo social composto por AV poderá apresentar algumas semelhanças como, por exemplo: justificativas de ciúmes para suas ações violentas; não reconhecimento de que é agressor; situação biográfica por ter sido agredido; situação de transferência de responsabilização para a mulher como merecedora da agressão e outras possibilidades aventadas sobre o comportamento desse grupo social, sendo possível *tipificá-lo*, a partir da vivência individual de cada AV.

7. CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA

7.1 LOCAL DE PESQUISA

O local de pesquisa foi o Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu, Unidade Assistencial localizada fora da penitenciária, no centro da cidade de Foz do Iguaçu-PR, vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade na Região da Tríplice Fronteira, pertencente também à Nona Regional de Saúde (9ª RS) do Estado do Paraná, Brasil.

O Projeto BASTA encontra-se vinculado ao Patronato Municipal que tem objetivo resgatar a dignidade de ex-detentos ou daqueles que cumprem pena em regime semiaberto e, ao mesmo tempo, reintegrá-los à sociedade, sem serem discriminados.

Solicitou-se autorização, que teve parecer favorável, à Direção e Coordenação do Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu – PR e à Unioeste para desenvolver o estudo no respectivo local.

Além da ausência de estudos sobre o tema na região de fronteira, a pesquisa realizada no Município de Foz do Iguaçu, foi favorecida pelo fato de a pesquisadora desenvolver atividades profissionais na área da Psicologia e de pesquisa social.

7.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Foram pesquisados os AV intrafamiliar, participantes do Projeto BASTA, do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, PR que participaram dessas atividades socioeducativas entre 2018 e 2019. Os participantes foram identificados a partir de suas participações nos grupos, com idade acima de 18 anos. Após essa identificação, foi feito contato prévio por telefone para agendar o dia e horário convenientes para os esclarecimentos sobre a pesquisa e agendamento posterior das entrevistas. Foram realizadas nove entrevistas, sendo que os participantes do estudo receberam todas as informações sobre a pesquisa. Os que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Os riscos para os participantes da pesquisa foram os mínimos decorrentes de uma entrevista. Em caso de algum incidente por tratar-se de questões subjetivas, suscitando algum desconforto físico e/ou psicológico, a assistência necessária ao participante estaria garantida, porém, não houve necessidade dessa assistência.

7.3 NÚMERO DE PARTICIPANTES

O número de participantes não foi determinado, sendo as entrevistas encerradas quando os relatos se mostraram convergentes, com vistas à compreensão da vivência dos AV intrafamiliar.

7.4 LOCAL PARA AS ENTREVISTAS

Para que a coleta dos relatos pudesse ocorrer sem constrangimentos e desconfortos, o pesquisador e o participante combinaram a realização das entrevistas nas dependências do Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR. As entrevistas foram realizadas em ambiente reservado para que não houvesse interferências de outros e conseqüentemente prejuízo na obtenção dos relatos.

7.5 TÉCNICA PARA A OBTENÇÃO DOS RELATÓRIOS

No primeiro momento, buscaram-se fontes secundárias de dados, sendo utilizados os prontuários dos AV do Projeto BASTA do Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR para a caracterização dos participantes.

Após coletar os dados documentais, a técnica utilizada para a obtenção dos relatos foram as entrevistas gravadas em dispositivo digital Smartphone. Optou-se por formular aos entrevistados quinze questões abertas abarcando os “Motivos Por que” e os “Motivos Para”, por possibilitar ao pesquisador a obtenção de informações mais representativas sobre o tema: *O que pensa sobre violência? Já sofreu/sofre algum tipo de violência? E violência contra a mulher? Como você percebia/percebe a mulher em casa e/ou na sociedade? Para você, quais foram/são os motivos que levaram/levam à violência intrafamiliar? Quais as formas de agressão você praticou/pratica? Como você se sentia/sente no momento em que a agressão acontecia/acontece? Em que momento a sua companheira se sentiu agredida a ponto de fazer a queixa? Você passou por quais instâncias antes de participar do Projeto Basta/Patronato? Como é para você participar de grupos de reeducação sobre violência no Projeto Basta/Patronato? Fale-me sobre as atividades que se desenvolve nesse projeto. Como você percebe o atendimento por parte dos profissionais deste serviço? O que você espera para sua vida a partir da sua participação nesse projeto? A quais mudanças você se propõe? O que espera dos serviços e profissionais que atuam com homens nesse projeto? Gostaria de falar sobre algo que não foi conversado nesta entrevista e que julga importante?*

7.6 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos relatos obteve-se seguindo os passos adotados pelos pesquisadores da Fenomenologia Social de Alfred Schütz (CALDEIRA *et al.*, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2016; CALDEIRA *et al.*, 2019; TEIXEIRA *et al.*, 2019), adotando-se os seguintes passos:

- Leitura atenta e criteriosa de cada relato na íntegra, procurando, primeiramente, identificar e apreender o sentido global da ação social;
- Releitura de cada relato com o objetivo de identificar aspectos comuns que expressam os conteúdos relacionados aos “Motivos Por que” e aos “Motivos Para”;
- Agrupamento dos aspectos comuns conforme convergência de conteúdos para a composição de categorias concretas;
- Análise das categorias concretas para a compreensão da ação social;
- Constituição do tipo vivido a partir do conjunto de “Motivos Por que” e “Motivos Para” expressos na análise das categorias concretas;
- Discussão do tipo vivido à luz da Fenomenologia Social de Alfred Schütz e outros referenciais relacionados aos autores de violência intrafamiliar.

7.7 PERÍODO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas no período quatro meses, mais especificamente entre janeiro e abril de 2019. Considerou-se a disponibilidade dos participantes para esclarecimento sobre a pesquisa, bem como para a obtenção dos relatos por meio da entrevista.

7.8. ASPECTOS ÉTICOS

Os participantes do estudo receberam todas as informações sobre a pesquisa. Dessa forma, cumpriram-se todos os princípios da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde sobre as diretrizes e normas regulamentadoras com pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012). Conforme dito anteriormente, os entrevistados que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

É importante ressaltar que os participantes tiveram a condição do anonimato preservada, sendo identificados no estudo como: AV (Autor de Violência), seguindo o número de suas respectivas entrevistas, AV1, AV2, AV3 e assim sucessivamente. Dessa forma, foram estudados

nove homens AV identificados de AV1 ao AV9. Este projeto de pesquisa foi tramitado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – CEP/UNIOESTE e obteve parecer favorável sob o número 2.952.265/2018 e CAAE 00397118.9.0000.0107 (Anexo 2).

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos, assim como a discussão dos achados deste estudo com sua análise e reflexão, são apresentados na forma de 2 manuscritos apresentados a seguir:

1º Manuscrito – VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA PERSPECTIVA DE SEUS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA, respondendo às questões de pesquisa:

- a) Compreender de que modo os autores de Violência Intrafamiliar, em região de fronteira, entendem esse fenômeno;
- b) Conhecer como foram as vivências, ou seja, as sensações ao serem entrevistados e a aprendizagem durante os encontros, dos autores de Violência Intrafamiliar por meio de sua participação no Projeto de Reeducação BASTA;
- c) Saber sobre as expectativas futuras de vida dos autores de Violência Intrafamiliar em região de fronteira a partir de sua participação no projeto de reeducação BASTA.

2º Manuscrito – REEDUCAÇÃO E ATENÇÃO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: ESTRATÉGIAS E PREVENÇÃO NAS REDES DE ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA EM REGIÃO DE FRONTEIRA, respondendo às questões:

- a) Importância do Projeto BASTA na escuta ativa para a reeducação aos autores de violência intrafamiliar em região de fronteira;
- b) Instrumentar os profissionais da saúde para as suas ações de cuidado no que diz respeito à assistência aos autores de violência.

8.1 MANUSCRITO 1

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA PERSPECTIVA DE SEUS AUTORES NA
REGIÃO DE FRONTEIRA****RESUMO**

Objetivo: Compreender como os Autores de Violência (AV) Intrafamiliar em região de fronteira entendem esse fenômeno e quais os motivos que os levaram a agir, de maneira a trazer-lhes alguma conscientização sobre suas ações, o grau de responsabilidade pessoal quando da interação AV-vítima, as sequelas deixadas nas vítimas de violência e por último entender suas expectativas sobre a participação no projeto BASTA. **Metodologia:** Estudo qualitativo na perspectiva da Fenomenologia Social de Alfred Schütz, realizado por meio de perguntas norteadoras sobre a violência intrafamiliar contra a mulher, com nove AV participantes do Projeto BASTA, no Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu. **Resultados:** Destacaram-se duas categorias referentes aos “Motivos Por que”. A primeira traz o Conhecimento sobre a Violência Intrafamiliar. A segunda categoria trata das Relações Intersubjetivas, com as subcategorias analisadas: Comunicação, Afetividade, Interrelações. Em relação aos “Motivos Para”, foram duas as expectativas encontradas após participação no Projeto BASTA: Ressignificação e Reaprendizagem sobre o fenômeno da Violência Interfamiliar. **Considerações:** Para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra a mulher, faz-se necessário sair das visões unilaterais que veem esse fenômeno apenas como violência de sexo ou corpo ou duais, em que algoz e vítima continuam perpetuando os papéis sociais do macho algoz-fêmea vítima. Deverão ser inseridos e compreendidos os plurais das feminilidades e masculinidades socialmente em suas vertentes relacionais e de gênero. Assim, medidas socioeducativas trazem as possibilidades de as penas alternativas dessa natureza contribuírem com o rompimento de pensamentos e atitudes machistas dos homens AV inseridos no ciclo da Violência Intrafamiliar.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Violência Contra a Mulher. Violência por Parceiro Íntimo. Pesquisa Qualitativa.

Introdução

O fenômeno da violência manifesta-se em diversos níveis na vida dos indivíduos, de maneiras explícitas ou implícitas como ocorre em relação à violência doméstica, na qual se incluem aspectos dos sistemas patriarcais e suas estruturas sociais remanescentes. Os processos de socialização reproduzem estruturas de dominação masculina nos campos social, físico, psicológico e cultural que se perpetuam por gerações (SCHNEIDER, 2000).

O Estado e a sociedade são criticados por Schneider (2000) por conviverem com a violência implícita de maneira naturalizada. A permissividade social torna o fracasso não só de responsabilidade do Estado, mas da sociedade também.

Assim, a Lei Maria da Penha (lei 11.340) – lei federal brasileira cujo objetivo principal é prescrever punição adequada aos Autores de Violência (AV) e coibir atos de violência intrafamiliar contra a mulher que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico além de dano moral ou patrimonial – não é suficiente para erradicar do tecido social a violência dentro das relações afetivas, justamente porque ela acaba sendo replicada a partir das estruturas sociais, da desigualdade de gênero presente nas ações sociais dos homens e mulheres, mesmo quando estes não a compreendem devido ao Habitus (BORDIEU, 1999).

Nesse contexto, a Fenomenologia Social, por meio da compreensão do mundo cotidiano, entende os cenários onde o homem está, vive, e se constitui (SCHÜTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2019; TEIXEIRA *et al.*, 2019). É por meio das vivências cotidianas do homem em sociedade, notadamente do comportamento humano que podemos definir o ser social civilizado e sua estrutura de personalidade. Hábitos violentos, quando permissivos, dentro da mesologia, comprometem a educação dos indivíduos. Quando a sociedade, como um todo, acata ou tolera atos de violência masculina sobre as mulheres, ela torna-se conivente com os erros desses AV. A convivialidade sadia entre indivíduos dentro das comunidades exige, por parte dos líderes sociais – governantes e magistrados – maior comprometimento com a reeducação de todos, em especial com a reeducação de criminosos que agem impulsivamente, incapazes de conter a própria brutalidade.

A extensa população mundial, de quase sete bilhões e meio de habitantes (Ano-base: 2020), exige um olhar mais criterioso para a composição de leis mais abrangentes e rígidas quanto aos maus tratos humanos em relação às minorias sociais. Por este motivo, pesquisas relacionadas ao tema em questão, tendo em vista a carência de conhecimento dos cidadãos quanto aos direitos humanos das vítimas e sobretudo quanto aos nossos deveres enquanto membro de uma comunidade, são de grande importância neste início de século.

Dessa forma, tomando-se a diversidade de etnias e culturas a partir da vivência dos autores de violência em região de fronteira, alcançou-se a compreensão da violência intrafamiliar nas suas várias dimensões, em seus espectros do Mundo da Vida, mundo cotidiano, onde as relações sociais acontecem, e obteve-se pressupostos tais como: da ‘Situação Biográfica’ dos sujeitos, suas ‘Subjetividades’ e as ‘Intersubjetividades’ (SCHÜTZ, 2012).

O Mundo Social também compreende a forma naturalizada dada pela cultura, a partir do que se apresenta como senso comum ao homem e mulher quanto a suas construções sociais, apresentadas em seus ‘Motivos Existenciais’, pois o ser humano, ao longo de sua vida, dá sentido e significados ao mundo em decorrência de seus interesses e expectativas (Motivos Para), e também baseados em sua experiência, no vivido, e em seus conhecimentos antecedentes (Motivos Por que) (SCHÜTZ, 2012). Dessa forma, os autores de violência apresentaram seus “Motivos Por que” e seus “Motivos Para” assentados no concreto de suas experiências de vida.

Métodos

A pesquisa teve como referencial a Fenomenologia Social de Alfred Schütz. Dentre os referenciais da pesquisa qualitativa, este mostrou-se coerente por permitir a compreensão dos fenômenos sociais humanos no cotidiano a partir de experiências concretas dos AV (SCHÜTZ, 2012).

O local de pesquisa foi o Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR, vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade; Região da Tríplice Fronteira, pertencente também a Nona Regional de Saúde (9ª RS) do Estado do Paraná, Brasil, no Projeto Basta, vinculado ao Patronato.

Solicitou-se autorização com parecer favorável, da Direção e Coordenação do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu-Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) para desenvolver o estudo no respectivo local.

Foram estudados AV intrafamiliar contra a mulher, participantes do Projeto Basta, projeto de combate à violência contra a mulher por meio de atividades socioeducativas dos detentos, realizado no Patronato, no período entre 2018 e 2019. Os participantes foram identificados a partir de suas participações nos grupos. Após esta identificação, foi feito contato prévio por telefone para agendar o dia e horário que pudesse ser conveniente para os esclarecimentos sobre a pesquisa e agendamento posterior das entrevistas. Três entrevistas foram realizadas neste primeiro encontro. Os AV receberam todas as informações sobre a

pesquisa. Os que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os riscos para os participantes da pesquisa foram os mínimos decorrentes de uma entrevista. Em caso de algum incidente por tratar de questões subjetivas, suscitando algum desconforto físico e/ou psicológico, assistência necessária ao participante estaria garantida, porém, não houve necessidade dessa assistência.

O número de participantes não foi determinado, sendo as entrevistas encerradas quando os relatos se mostraram convergentes, com vistas à compreensão da vivência dos autores de violência intrafamiliar. Assim, nove autores de violência foram estudados.

Para que a coleta dos relatos pudesse ocorrer sem constrangimentos e desconfortos, o pesquisador e o participante combinaram a realização das entrevistas nas dependências do Patronato. As entrevistas foram realizadas em ambiente reservado para que não houvesse interferências de outros e conseqüentemente prejuízo na obtenção dos relatos.

No primeiro momento, buscaram-se fontes secundárias de dados, sendo utilizados os prontuários dos AV do Projeto BASTA do Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR para a caracterização dos participantes. Após coletar os dados documentais, a técnica utilizada para a obtenção dos relatos foi a entrevista gravada com dispositivo digital Smartphone.

Optou-se por formular aos entrevistados questões abertas abarcando os “Motivos Por que” e os “Motivos Para”, como técnica para obtenção dos relatos. Todas as questões foram consideradas no artigo.

As entrevistas foram realizadas no período entre janeiro de 2019 e abril de 2019. Considerou-se a disponibilidade dos participantes para esclarecimento sobre a pesquisa, bem como para a obtenção dos relatos por meio da entrevista. Os participantes do estudo receberam todas as informações sobre a pesquisa. Dessa forma, cumpriram-se todos os princípios da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012). Os que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

É importante ressaltar que os participantes tiveram o seu anonimato preservado, sendo identificados no estudo com o código AV (Autor de Violência), seguido do número de suas respectivas entrevistas, AV1, AV2, AV3 e assim sucessivamente. Dessa Forma foram estudados nove homens autores de violência identificados como Autores de Violência AV1 ao AV9. Este projeto de pesquisa foi tramitado no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – CEP/UNIOESTE e obteve parecer favorável nº 2.952.265/2018 e CAAE 00397118.9.0000.0107.

Resultados

A partir dos relatos dos participantes, foram obtidas três questões importantes para serem analisadas: duas referentes aos “Motivos Por que” e uma referente aos “Motivos Para”.

Quanto aos “Motivos Por que”, dois pontos de maior relevância se destacaram: *Conhecimento Sobre a Violência Intrafamiliar e Relações Intersubjetivas* considerando os seguintes aspectos de convivência: *Comunicação, Afetividade e Interrelações Familiares*. A terceira questão contempla os Motivos Para e procura responder às expectativas dos autores de violência intrafamiliar após sua vivência no Projeto de reeducação BASTA através das seguintes categorias: *Ressignificação e Reaprendizagem da Violência Intrafamiliar*.

Questões iniciais sobre o ‘por quê’ de suas ações orientaram a pesquisa para entendermos os Motivos Para: *O que você pensa sobre violência? Quais motivos o levaram à violência? E a violência contra a mulher?*

Assim, quando inquiridos quanto ao *Conhecimento Sobre a Violência Intrafamiliar*, os AV responderam que esta ocorre devido à diferentes categorias motivacionais: mesologia, traços de personalidade ou desigualdade social. As razões utilizadas que justificaram os atos de violência foram várias; desde a vazão de sentimentos antigos negativos e também aquelas devido a fatores externos tais como: ciúmes, desigualdades financeiras, consumo de drogas ou de bebidas alcoólicas. Também afirmaram que a Lei Maria da Penha permite interpretação ambígua e contraditória, como sendo algo bom ou algo distorcido, ao mesmo tempo. A violência também surge como bagagem de conhecimento herdada de seus predecessores. Essa variedade de percepções é exemplificada nos trechos dos seguintes relatos:

A gente vê isso na televisão direto. Na casa do meu pai quando criança, via ele brigar com a minha mãe, batendo na minha mãe e nos meus irmãos. (AV1)

A forma de violência do meu pai era mais verbal do que física. A sociedade é bem machista. [...] sempre que eu fui à polícia, todo rasgado, todo machucado, eles davam risada da minha cara. (AV2)

Para mim, droga e bebida causam violência. (AV3)

Ciúmes e a questão da falta de dinheiro. (AV4)

Desigualdade financeira entre o casal e ciúmes do que não é seu. (AV5)

A Lei Maria da Penha é boa para todo mundo. [...] assim como tem homem violento, tem mulher violenta que se aproveita dessa situação. (AV6)

Acontece a partir do momento em que uma pessoa levanta a voz para outra. [...] chega um momento que você explode. (AV7)

A Lei Maria da Penha é distorcida, a palavra da mulher é o que prevalece. (AV8)

No meu caso mesmo, foi mais xingação, mais verbal. (AV9)

Quanto à análise da *Comunicação*, dentro das **Relações Intersubjetivas**, em respostas as questões: O que você sentiu no momento da agressão? Em que momento sua companheira se sentiu agredida? Quais formas de agressão você praticou? – apreendeu-se sobre as diversas formas da comunicação verbal, a não-verbal, como no caso de ser falante e depois deixar de ser; o reportar-se ao pai que amedrontava só no olhar; o fato de atear fogo nos mobiliários para chamar a atenção; a ausência do diálogo entre os parceiros. Vejamos algumas justificativas de violência para os “Motivos Por que”:

Sou meio falante, soltei, falei as coisas. (AV1)

Meu pai nunca foi de conversar. Ele é daquele tipo que me olhava assim, e você já sabia que algo iria acontecer; você já sabia que tinha alguma coisa com você. (AV2)

Coisa da cabeça da gente, como num momento de besteira por ciúmes, essas coisas, que faz ter momentos em querer tirar a própria vida. (AV4)

Não se pode dar uma pedrada e achar que ela ainda manda, que o outro seja obrigado a fazer o que ela quer, aí não tem o diálogo. (AV5)

[...] peguei os móveis dentro de casa, coloquei no meu quintal e ateei fogo. Se foi uma violência? Não, não foi uma violência. Foi para chamar a atenção dela, para ver o que ela poderia ter feito por mim. Só que ela não fez nada. (AV7)

No meu caso, foi uma situação que nós já éramos ex-namorados, não namorávamos mais. Um dia nos encontramos, estávamos embriagados e começamos uma discussão. (AV8).

A respeito da *Afetividade*, os relatos trouxeram elementos como ciúmes, posse, traição, impotência frente à ascensão da mulher, desigualdades financeiras entre o casal, machismo, como representados nas falas que se seguem:

Muito ciúme, falta de respeito, não respeita o seu ponto de vista geralmente. (AV2)

[...] ela simplesmente me traiu dentro da minha casa. (AV3)

Isso acontece muito ciúme... Ciúme que dá mais no negócio de violência. (AV4)

Traição! A primeira foi traição! Não teve misericórdia! (AV6)

Então um fator é também o fator financeiro. [...] quando ela me conheceu, já me conheceu pobre. (AV7)

Na nossa sociedade durante muito tempo, foi uma sociedade machista, e tem ainda pessoas com esse machismo. (AV8)

Na verdade, na verdade envolve muito ciúmes. É a desconfiança da pessoa. (AV9)

Na avaliação das *Interrelações Familiares*, os relatos trouxeram sobre como eram, e os sentidos de seus relacionamentos com os pais, as ex-mulheres e também com seus filhos, trazendo suas situações biográficas de como se constituíram e como constituem e reproduzem seus valores de vida no concreto social de seus cotidianos.

Isso ocorreu faz cinco anos com a mãe da minha primeira filha. É, de mostrar como tem que ser, de mostrar o respeito. Eu, nunca vivenciei isso com ela, essa ex-mulher, tanto que hoje eu sou bem casado, tenho duas filhas mulheres, nossa, respeito tudo. (AV2)

Ela abandonou os filhos, depois ficou com um, com o menor. Um ficou comigo, está comigo até hoje, já tem 18 anos. E, ela não deixa meu filho mais velho ir à casa dela ver o irmão dele, porque o atual marido dela não quer. É outro problema que eu tenho. (AV3)

[...] às vezes não fazer com ela, mas fazer com você mesmo, tirar sua própria vida já aconteceu, eu querer já, querer me matar, mas não... eu ponho na cabeça que tenho um filho, naquele tempo ele estava com 3 anos. (AV4)

Porque ela não respeitou, o que eu pensava o que eu pensei dar um lar, uma coisa boa para minha família para ela e para o filho. Eu expliquei certinho para ela que tinha minha filha do casamento anterior, eu tinha que dar assistência, fazer o meu papel de pai, e ela falou para mim, prometeu que não ia ter problema algum. E, não foi isso, ela não aceitou a menina. (AV6)

Com um mês de namoro ela se engravidou, e eu não aceitei a condição de deixá-la criar meu filho sozinha. Eu quis honrar a paternidade. Isso é uma das coisas do homem de antigamente e proteger ela enquanto ela precisasse. Mas... Proteger como? Se eu não tinha nem onde morar direito? Nem tinha um salário direito? Então começou tudo errado. (AV7)

É por isso que eu sofro mais, porque eu tenho uma filha com ela. E, na minha família nunca teve esse negócio de separação. Para mim é uma novidade. (AV9)

Em relação aos Motivos Para, as expectativas dos AV quanto às mudanças na vida pessoal assim se apresentou em respostas às categorias Ressignificação e Reaprendizagem da Violência Intrafamiliar:

Porque eu já respeito as mulheres, mas agora vou respeitar mais ainda porque eu já sei o que pode, o que não pode. Porque antes eu não sabia. (AV1)

Eu me propus para mim, é ter mais paciência, e ver o lado da outra pessoa também. (AV2)

Eu pensei no meu filho, ele me deu um sentido, pensei nele, quero vê-lo crescer. É pensar no futuro agora para frente, seguir o barco, pôr o barco para frente, trabalhando. (AV4)

Sobre novos relacionamentos, na verdade não estou focado nisso por enquanto, primeiro, vou fazer o pé-de-meia para depois, esquentar a cabeça com isso. (AV5)

E a gente já vai aprendendo com nossos erros. Muitas coisas a gente pode evitar no futuro, se a gente usar a cabeça da forma certa. (AV9)

Discussão

Conforme Schütz (2012), o mundo da vida cotidiana é, a um só tempo, cena e objeto de nossas ações; nossos corpos cinéticos agem e se transformam na concretude da vida que se apresenta. Esse autor apresenta que o “Motivo” da ação concreta do participante pode ter duas categorias: um significado subjetivo que são os “Motivos Para”; e um significado objetivo que são os Motivos Por que.

Quando o ator social se observa através das lentes de sua ação passada, esse olhar para trás, para reconstruir a realidade social a partir do ato já realizado, é a constituição genuína do que Schütz (2012) denominou como significado objetivo, que são os “Motivos Por que”, a capacidade de olhar o passado a partir do estado das coisas provocado pela sua ação social no mundo.

Ao estudarmos as falas dos AV sobre “Motivos Por que” em relação às suas ações nos momentos de violência intrafamiliar, foi possível observar que no estudo do *Conhecimento Sobre a Violência Intrafamiliar*, trouxeram suas motivações e apresentaram suas atitudes naturais frente a esse fenômeno quando elencaram alguns fatores externos a eles, tais como: ciúme, desigualdades financeiras, consumo de drogas e bebidas alcoólicas.

Em 2018, o Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo (MPSP, 2018), elaborou pesquisa nominada de “Raio X do Femicídio em SP”, a partir de 364 denúncias registradas entre os meses de março/2016 a março/2017. Essa pesquisa, na categoria “Relação Afetiva: Femicídio”, apurou como fatores motivadores para a morte de mulheres, as seguintes causas e respectivas estatísticas: separação/rompimento (45%); atos de ciúmes/machismo (30%); discussões banais (17%); financeiro (2%); outros desconhecidos (6%). Em consonância com tais dados, outras pesquisas sobre violência intrafamiliar, Deeke *et al.* (2009) e Instituto de Pesquisa DataSenado (2019), elencaram esses elementos também como desencadeadores da violência.

A pesquisa do Atlas da Violência, 2019, promovida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) sobre a violência contra a mulher, indicou, em 2017, um maior crescimento dos homicídios femininos no Brasil, aproximadamente 13 assassinatos por dia em relação a 2016 (FBSP, 2017; IPEA, 2019).

Scarance (2019) informa que, na jurisprudência, o ciúme se manifesta como o sentimento de posse de uma pessoa sobre a outra; em geral, em sua maioria, do homem sobre a mulher. Cita ainda que o ciúme está associado ao machismo da sociedade em que vivemos, pois a mulher é considerada como propriedade do homem. Segundo a especialista, o autor de violência, em casos de feminicídio, usa comumente a frase: “se ela não for minha, não será de mais ninguém”.

Saffiot (1987) também alega que a violência é o produto da sociedade machista e, estabelece a naturalização da violência nos âmbitos das relações sociais. O controle e posse derivam da visão ainda patriarcal, de que as mulheres são propriedades dos pais e maridos e lhes devem submissão, há uma forma hierarquizada na relação homem-mulher.

O mundo apresentado por Schütz (2012) é algo em que modificamos as nossas ações ou que modifica nossas ações. Portanto, o mundo não é apenas privado, é social, pois operamos dentro dele e sobre ele. Os processos culturais, normas, regras sociais, valores que recebemos de nossos ancestrais, vão sendo internalizados em nós desde o nascimento. Durante o crescimento, ao passar pelas fases da vida, novos valores são agregados a partir de nossas experiências concretas do vivido que nos acompanham por toda a vida (SCHÜTZ, 2012). Essas experiências orientam nossos sentidos pragmáticos do viver, constituindo o nosso mundo da vida, mundo da atitude natural, mundo social (SCHÜTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2019).

Assim, nos relatos apresentados pelos AV foi possível enxergar as perspectivas deles frente a suas ‘atitudes naturais’ diante do fenômeno da violência intrafamiliar. Schütz (2012) esclarece que assumir o mundo como pressuposto inquestionável está enraizado no que a sociedade traz como o *sensu comum*. Esse pressuposto traz que o mundo será tal como se apresentam as coisas (ideias, costumes) em sua forma natural.

No concernente aos seus sentidos comuns, sobre o que não é questionável, sendo tomado como algo naturalizado que se explica e justifica por si, constatou-se: a) Não tinha motivo, era por causa da bebida, mesmo (AV1); b) Para mim, droga e bebida causam violência. (AV3); c) Ciúme e a questão da falta de dinheiro (AV4); d) Desigualdade financeira entre o casal e ciúme (AV5). Partindo dessas premissas de mundo intersubjetivo, o ser humano tem uma atitude natural frente ao que se apresenta, qual seja, o mundo é tal como ele o enxerga (SCHÜTZ, 2012).

Os pesquisadores Guimarães e Diniz (2017), em seus estudos sobre autores de violência intrafamiliar, indicam que a externalização da culpa é uma forma de não assunção da responsabilidade por esses autores. Em geral, os AV atribuem a responsabilidade de seus atos

violentos no lar a fatores externos como álcool, problemas no trabalho ou dificuldades financeiras.

Apesar da estreita relação entre o consumo de bebidas alcoólicas no processo da violência intrafamiliar, Beiras e Cantera (2012) e Guimarães e Diniz (2015, 2017) chamam a atenção para não ser atribuída à alcoolização ou às toxicodependências como fatores causais, e sim como potencializadores, uma vez que muitos homens não cometem atos violentos após ingestão desses produtos. Ainda chamam a atenção para o fato de que muitos homens praticam a violência doméstica, estando sóbrios ou não.

Apesar dos significativos avanços para maior conscientização quanto ao enfrentamento da violência intrafamiliar, ainda no ambiente doméstico ocorrem os aprendizados dessa violência. Apropriado como algo “normal” e “natural”, essa violência acontece nas relações conjugais de formas assimétricas, nos laços consanguíneos e afetivos. Esse é o mundo social em que os AV caminham e vivenciam a rede fina de seus relacionamentos sociais, de sistemas, de signos e símbolos com as respectivas estruturas de significados (SCHÜTZ, 2012).

Quanto ao *Conhecimento Sobre a Violência Intrafamiliar* também é mostrado que esse conhecimento vem de suas bagagens de vida, dos seus estoques de conhecimentos à mão, *bagagem de conhecimentos*. Esses conhecimentos, adquiridos anteriormente de seus predecessores, são somados às experiências ao longo da vida, sejam a partir dos pais, família ou professores, bem como a partir de suas experiências vividas concretamente em sua *vida cotidiana* (SCHÜTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2019; TEIXEIRA *et al.*, 2019).

O homem dá significado às suas ações a partir daquilo que herda culturalmente, de seus predecessores. Ele passa a interpretar e se orientar no mundo social já com seus significados estabelecidos pela cultura onde vivencia suas experiências sociais concretas: *situação biográfica* (SCHÜTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2019; TEIXEIRA *et al.*, 2019).

Conforme estudos, no processo de socialização das masculinidades, as formas e sentidos construídos ocorrem de forma naturalizada, destacando-se: a soberania masculina, a valentia, a honra, a dominação, a invulnerabilidade e a força (GUIMARÃES; DINIZ, 2017).

Os AV apresentaram esses dados quando falaram do que se vê na televisão e em seus históricos pessoais de vida, ao presenciarem o pai agredindo a mãe enquanto crianças, (AV1); a forma como o pai utilizava a violência psicológica (verbal) com a mãe e pela expressão do olhar com o filho, decorrendo desses fatos a constatação de que a sociedade é machista (AV2).

Portanto, é importante que se volte o olhar para o papel que a sociedade tem definido como sendo natural à masculinidade e, dentre estes, citam-se: “homem não chora”; “homem não cuida da casa”; “a valentia o torna mais homem”; “em defesa da honra e virilidade esse

homem deve agir como homem” e a violência é justificada; além da figura romântica do “herói que salvará a boa moça”.

O mesmo raciocínio aplica-se aos padrões instituídos socialmente como “inatos” às mulheres e, dentre estes, destacam-se: o de ser a única detentora das responsabilidades quanto aos cuidados e zelos domésticos, seja em relação ao parceiro e filhos, seja em relação ao ambiente do lar; o dever obediência ao pai, cuja subordinação é naturalmente transferida para o marido; a obrigação de saber como se ‘portar corretamente’: a sentar e falar (aqui associados ao processo de submissão, estar enquadrada dentro de certos estereótipos sociais aceitos como normais). Como se depreende, são construções sociais que ditam a forma de ser homem e ser mulher em um jogo hierarquizado de dominação-submissão (SAFFIOTI, 1987, 2001).

Também na categoria Conhecimento sobre a Violência Intrafamiliar, os AV trouxeram suas ambiguidades e contradições na interpretação da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Maria da Penha), quando responderam sobre tal instituto penal ser somente para mulheres. Outro autor, ao apontar que apanhava de sua ex-mulher e mesmo tentando fazer denúncias não conseguia, pois os próprios servidores públicos, os policiais, riam dele e o desencorajavam em prosseguir com a denúncia.

A mencionada lei foi criada para prevenir, punir e combater a violência intrafamiliar exclusivamente contra mulheres, de qualquer tipo: moral, sexual, física, psicológica e patrimonial, dentre outras, sendo o que dispõe o seu art. 1º, ao regulamentar o art. 226, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O homem, entretanto, não está desprotegido pela lei, pois no caso de sofrer qualquer tipo de agressão, poderá ele socorrer-se do estabelecido como crime no Código Penal, seja esta praticada no âmbito familiar ou não, a exemplo dos crimes de homicídio, lesão corporal, omissão de socorro, maus tratos, contra a honra, difamação, injúria, contra a liberdade individual e ameaça, dentre outros, todos tipificados nos arts. 121 e seguintes do Código Penal (BRASIL, 2005).

Sobre o tema é oportuno observar que a citada lei Maria da Penha decorreu da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher e de outros tantos tratados ratificados pelo nosso País, de forma a regulamentar, como já dito, o art. 226, da nossa atual Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Piovesan (2009) diz que as práticas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar são amparadas com base no gênero, e isso decorre do fato de a vítima ser mulher. Quentin (2020), juiz da Vara Criminal no Paraná, citou um cordel: “Se a mulher for valente, o homem que livre

a cara”; para esclarecer a decisão de negar a aplicação da Lei Maria da Penha a um homem que denunciou a esposa por agressão.

Silva e Santos (2019) ponderam que a Lei Maria da Penha ampara os vulneráveis, mulher, idosos e crianças em condição de violência intrafamiliar contudo, os homens quando vítimas de violência doméstica também são amparados pelo artigo 129 do Código Penal, parágrafo 9, que afirma ser a violência (ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem) um problema universal, não se restringindo ao gênero ou à vulnerabilidade.

Embasado no princípio da isonomia, há juízes pesquisadores que entendem por bem, estender os benefícios da Lei Maria da Penha aos homens, nas situações em que as agressões partem da esposa contra o marido, corroborando com os termos afirmados por Pavan (2011 *apud* BIANCHINI, 2014). Outro aspecto apontado por Ullmann e Barbosa (2018) é a utilização indevida da Lei Maria da Penha por mulheres que fazem acusações falsas contra o ex-cônjuge quando ocorre o divórcio.

Muitas solicitam medidas protetivas de maneira a não permitir que o ex-parceiro mantenha contato com os filhos (alienação parental). Amaral (2011) e Licer (2017) ponderam sob o mesmo viés quanto ao mau uso da Lei Maria da Penha por parte de mulheres como instrumento de vingança. Antunes (2009) discorre que há um intuito, de algumas mulheres, de prejudicar homens com os quais estão disputando pensões alimentícias, bens e guarda de filhos.

Os autores citados sobre o uso indevido da Lei Maria da Penha por mulheres julgam procedente a Lei em suas premissas que existem para a proteção da mulher em situação de violência, de qualquer natureza, porém, colocam em xeque o ônus da prova ser tão somente a ‘palavra da mulher’ (ANTUNES 2009; AMARAL 2011, LICER 2017, PRÓTON, 2018; ULLMANN; BARBOSA, 2018).

Cabe salientar, que a maior parte das agressões ocorre no interior das residências e sem quaisquer testemunhas. Entretanto, todas as alegações devem ser provadas cabendo, então, à autoridade policial colher todas as evidências probatórias do fato e suas circunstâncias, conforme previsto no art. 12, da Lei Maria da Penha.

Assim se apresenta o mundo da vida dos AV envolvidos em situação de violência intrafamiliar contra a mulher, sejam eles, os autores, as vítimas, juristas ou pesquisadores do tema. Todos exercem suas ações sociais e, como nos expõe Schütz (2012), a ação social do homem decorre de uma atividade subjetiva que se expressa a partir de um ato intencionado do sujeito; esse ato é constituído de sentidos e significados subjetivos do próprio sujeito.

Subjetividade e Intersubjetividade caminham juntas, sendo a intersubjetividade "uma categoria ontológica fundamental da existência humana", diz Schütz (2012). O mundo

intersubjetivo é onde o homem vive e tem suas experiências, e essas são materializadas em seu mundo cotidiano, em suas relações intersubjetivas.

Nas relações intersubjetivas há o reconhecimento do ser humano com o outro, enquanto pessoa. Essas relações conscientes são categorizadas na orientação para o *Tu* quando é unilateral, aqui apenas um se volta para o outro. E, há o relacionamento do *Nós*, recíproco e intencional, quando ambos se voltam um para o outro; é nessa *relação face a face* – temporal, corpórea e imediata – que violência intrafamiliar ocorre (SCHÜTZ, 2012).

A intersubjetividade torna-se patológica quando é expressa nas relações afetivas em forma de violência, como demonstrado por AV5 ao expor seu desespero por não ter o dinheiro para as despesas no final do mês. Seja para dar vazão a sentimentos antigos negativos ou por não serem ouvidos por suas esposas, homens agredem suas companheiras física e verbalmente tornando evidente a naturalização, ou atitude natural segundo Schütz (2012) no que tange a violência intrafamiliar.

Conforme Aguiar e Diniz (2017), desde crianças, os homens tendem a seguir um padrão de comportamento assimilado com cuidadores primários considerados, por eles, como comportamentos significativos em sua vida. Segundo os autores, há um modelo, roteiro social que é prescrito para os homens em suas formas de pensar, sentir e comportar. Nesse roteiro social masculino, o que for percebido como ‘feminino’ não pode ser acessado, demonstrado ou experienciado, pois tal vivência ameaça de maneira direta a identidade masculina. A forma como os homens comunicam e compreendem entre si as suas subjetividades, se dá a partir da mediação de seus corpos e da linguagem (SCHÜTZ, 2012).

Na categoria das *Relações Intersubjetivas*, a Comunicação dos AV são reveladas através de seus corpos e de suas linguagens, por meio da comunicação verbal e não-verbal: corpos e linguagem carregados de intencionalidade de sentidos e emoções, tais como o medo, a dor, a angústia e a solidão a dois.

São as experiências de subjetividade dos AV com suas mulheres, ex-mulheres, pais e filhos que, sob o olhar da Fenomenologia Social, formam os momentos onde se concretizaram as suas intersubjetividades. O concreto vivido materializado pelas comunicações verbais: sendo falante e depois deixando de ser (AV1); comunicação violenta e falta de diálogo (AV5); discussões, xingamentos (AV8) e (AV7). Pela falta da comunicação verbal através do olhar do pai; lembrando-se de quando o pai o amedrontava só no olhar (AV2); bem como, o se comunicar através do *ato intencional* de incendiar os mobiliários de casa, no intuito de chamar para si a atenção da ex-parceira (AV7).

O corpo sendo manifestação da linguagem, por meio da intencionalidade desvelada, ao falar sobre a ideação suicida por conta da dor da traição e ciúmes, conforme (AV4): Coisa da cabeça da gente, como num momento de besteira por ciúmes, essas coisas, que faz (sic) ter momentos em querer tirar a própria vida.

Guimarães e Diniz (2017), em seus estudos com os autores de violência intrafamiliar, informam que a socialização masculina brutaliza e confere privilégios aos homens. A consequência desse processo, segundo os autores, é a naturalização da violência. Também há a identificação do ‘ser macho’ como um sujeito agressivo, que suprime seus sentimentos e que não tem necessidades de afeto. O papel social do ‘ser macho’ é ambíguo, pois, aparentemente esse homem é forte, valente, porém oculta a presença de insegurança e autodesvalorização de si. Ainda afirmam os autores que a questão do ‘macho’ impulsiona a violência entre os homens, desses contra as mulheres, nas homofobias e contra si mesmos.

No tocante a *Afetividade*, os parceiros explicitam a intersubjetividade em suas relações *face a face*, trazendo a bagagem dos seus “Motivos Por que”. Schütz (2012) esclarece que a relação social *face a face* decorre das interações sociais entre os indivíduos.

Nas cenas privadas dos lares domésticos, ocorrem e se manifestam as relações sociais das violências intrafamiliares, com suas marcas corpóreas, psicológicas, intelectuais, emocionais. Ao olhar o passado, eles falam sobre suas motivações – “Motivos Por que”, e justificam que seus atos são gerados a partir de sentimentos de posse e ciúmes, em geral associados à traição, revelam os sentidos de suas experiências de vida: [...] ela simplesmente me traiu dentro da minha casa. (AV3); Ciúme que dá mais no negócio de violência (AV4); Traição! (AV6). Esses sentimentos despertam neles angústia, desespero: [...] foi desespero (AV5); não teve misericórdia! (AV6).

Lembra-nos Freire (2016) que o ciúme é sentimento universal, comum, causado pela suspeita de infidelidade da pessoa amada e que falar sobre ciúme é falar sobre medo, perdas, luto. Também informa sobre a estreita relação com sentimentos de poder, de posse e de territorialidade. Motivos esses suficientes para resultar em violência contra o parceiro. Há controvérsias quanto a natureza do ciúme e o seu limite entre um sentimento normal e o patológico.

O concreto vivido pelos autores é validado por Pereira (2018). A pesquisadora enuncia que ciúme e traição estão atrelados quando se descortinam os motivos de agressão às mulheres pelos homens, pois esses sentimentos ferem diretamente sua masculinidade e virilidade. Subjaz a virilidade, o sentimento de posse. O Instituto Avon (2011) corrobora esse dado trazendo em

sua pesquisa que 48% das mulheres vítimas de violência intrafamiliar confirmaram que o sentimento de posse foi o que impulsionou as ocorrências dessa natureza.

Barros (2015) atesta que há uma linha tênue entre atos ciumentos e atos de ‘amor’ quando o senso-comum afirma que “atos ciumentos são atos de amor” e que esse sentimento deve servir como alerta quando vira fonte de sofrimentos para o casal. Nessa linha de pensamento, Harmon-Jones, Peterson e Harris (2009) elucidam que, junto ao ciúme, outros componentes emocionais se associam, a exemplo de: tristeza, raiva, medo, ansiedade, ódio, preocupação, arrependimento, culpa, amargura e inveja.

A mídia nacional e internacional, bem como as pesquisas sobre o tema apresentam cotidianamente notícias dos vários casos de feminicídios que os autores da violência praticam em seus extremos, exortados pelos sentimentos de posse, traição e ciúmes, amplamente divulgados também sob a alcunha de crimes passionais (ONU MULHERES, 2011; ONU MULHERES, 2014; GUIMARÃES; DINIZ, 2017; MPSP, 2018; CERQUEIRA *et al.*, 2019; SCARANCE, 2019).

Outro “Motivo Por que” também apresentado foi o sentimento de desespero dos homens por ter que arcar com as responsabilidades financeiras do lar, ser o chefe de família e às vezes se sentirem impotentes frente a essa situação, ao se sentirem cobrados pela manutenção desse *status quo*, apresentado nas falas: “[...] você se desespera porque não tem dinheiro (AV5).” “Ela sempre jogava na minha cara e falava para a vizinha que gostaria que eu fosse igual ao cunhado dela, que tem dinheiro (AV7).” Outro dado que caminha de maneira correlata ao aspecto financeiro é a situação da ascensão da mulher e as desigualdades financeiras entre o casal, como apresentado na fala de AV5: Desigualdade financeira.

Para Lia Zanotta Machado (2013), especialista em violência doméstica da Universidade de Brasília, a ampliação da taxa dos feminicídios registrados reflete a construção histórica da superioridade dos homens em relação às mulheres. Ao refletir sobre a dificuldade em desconstruir essa imagem histórica, mesmo com o amparo da Lei e o aumento das denúncias, Lia afirma que:

A mulher é uma válvula de escape. Se o homem passa por uma crise econômica, desconta nela. Se passa por um momento difícil, bebe e bate nela. Isso vem de uma idealização lá do Brasil Colônia em que, ao casar, a mulher passava a ser um ser totalmente submisso, obediente ao marido. (MACHADO, 2013, online).

Aguiar e Diniz (2017) explicam que, na contemporaneidade há uma perda progressiva de privilégios sociais historicamente assegurados aos homens devido aos novos questionamentos sobre os estereótipos sociais do masculino e feminino. Assim, os homens têm

dificuldade em aceitar a mulher que age diferente dos padrões sociais esperados; uma mulher que não se dedica exclusivamente ao lar, permanecendo somente à disposição do marido e filhos (LIRIO *et al.*, 2019).

Lírio *et al.* (2019) destacam que a vivência da violência inflige, igualmente, consequências para o homem que a pratica, tais como: tristeza, baixa autoestima, apatia, depressão, taquicardia, hipertensão, cefaleia e problemas gastrointestinais.

Ainda nos “Motivos Por que”, os AV associam a violência intrafamiliar ao machismo como tradições herdadas dos nossos antepassados, processos culturais, ao afirmarem: “E, na minha família, nunca teve esse negócio de separação. Com um mês de namoro ela se engravidou, e eu não aceitei a condição de deixá-la criar meu filho sozinha; eu quis honrar a paternidade. A nossa sociedade, durante muito tempo, foi uma sociedade machista, e tem ainda pessoas com esse machismo.”

Novamente os discursos dos AV apresentam sua Bagagem de Vida, seus Estoques de Conhecimento à mão como elementos de suas Historiografias Pessoais. Lembrando que os Estoques de Conhecimento são seletivos e o indivíduo organiza seu Mundo da Vida a partir de seus interesses em gradações de maior ou menor relevância (SCHÜTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2019).

Os AV disponibilizaram seus aprendizados, valores, sentidos de vida ao comunicarem a estranheza da separação/divórcio; a honra da paternidade e o machismo; processo cultural, como fatores que os enredaram na condição da violência intrafamiliar.

Destarte, Beiras e Cantera (2012) trazem a conexão e a importância de se pesquisar os AV a partir de seus contextos de vida, experiências e narrativas pessoais. Salientam os pesquisadores que o processo de socialização produz conexões entre masculinidades e o fenômeno da violência.

Quanto às *Interrelações Familiares*, mais uma vez, trouxeram os sentidos em seus relacionamentos construídos a partir de seus históricos de vida com os pais; *situações biográficas* (SCHÜTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2016; CALDEIRA *et al.*, 2019). Dessa forma, ao voltarem o olhar para a infância, AV1 reporta o tempo quando era criança e seu pai alcoolizado batia na mãe. AV2 sobre o pai ser violento em casa, utilizando a violência verbal com a mãe e com ele, tendo apanhado fisicamente algumas vezes, e que esses trouxeram seus efeitos psicológicos e emocionais na vida adulta. E AV4, com o histórico da separação dos pais.

A família e a cultura produzem homens violentos; a violência estrutural de gênero é construção social que determina relações desiguais e opressivas nas relações interpessoais (BEIRAS; CANTERA, 2012). O fenômeno da violência intrafamiliar, em ambiente privado,

nas perspectivas dos autores de violência intrafamiliar aqui pesquisados, revelou espaço, tempo cronológico e *reciprocidade das intenções*, dos efeitos de suas ações frente às suas ex-parceiras e filhos; mundo da vida em movimento (SCHÜTZ, 2012). AV3 reporta a divisão familiar após a separação; além de dificuldades de se estabelecer o contato com a ex-parceira e o filho caçula. Outra dificuldade também reportada por AV6, diz respeito à manutenção de um relacionamento saudável com sua filha, pois a nova companheira não aceitava a enteada.

Como nos orienta Schütz (2012), a vivência do mundo atual pelos participantes dessa pesquisa é única e fluida. A fase de vida atual de cada um interage com sua atual *Situação Biográfica*. Assim, momento atual e passado interagem no presente, interpretando, ressignificando, englobando e transcendendo o Aqui e o Agora. Medrado, Lemos e Brasilino (2011) ponderam que, na construção das relações interpessoais, existem as bases psicossociais dos envolvidos; a família se constitui a partir de pessoas que não são estáticas em suas normativas de vida.

Sobre os “Motivos Para”, que são subjetivos, estes acontecem a partir das nossas projeções de ações futuras, isto é, aquelas ainda não concretizadas. São exemplos práticos: as nossas fantasias, nossos planejamentos do que pretendemos ser e/ou alcançar, mudanças de vida a que nos propomos. Também ocorre quando olhamos para o passado para desejar um futuro diferente do já realizado e traduzido em nossas expectativas futuras (SCHUTZ, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2012; CALDEIRA *et al.*, 2016; CALDEIRA *et al.*, 2019).

Dessa forma, obteve-se a categoria: *Ressignificação e Reaprendizagem da Violência Intrafamiliar*. A partir das atividades no Projeto BASTA, coletamos observações tais como: AV1 diz sobre sua nova postura, em que aprendeu o que não se deve fazer nos relacionamentos afetivos e se propõe a fazer diferente nas relações futuras com mais respeito e se utilizando dos novos aprendizados. Bem como AV2, ao se propor nas relações futuras a ser mais paciente e começar a se colocar no lugar da outra pessoa. Também AV9, quanto à reaprendizagem, ao fazer a releitura do passado se propôs a se posicionar de forma diferente para as novas relações maritais. Outra questão de valor aparece na fala de AV4, ao dizer que o filho, na época com três anos, foi quem lhe deu suporte de fazer a virada em sua vida, querer ser diferente do que foi, experiência passada que se projeta para o seu futuro através do filho. Já AV5, pondera que não quer ter outros relacionamentos e deseja se planejar financeiramente antes.

Aqui é possível verificar que os AV, ao ressignificarem os seus respectivos passados, fizeram uma retrospectiva de seus Motivos Por que, baseados em fatos consumados. A inserção deles no Projeto BASTA oportunizou essa rica experiência, bem como abriu as possibilidades

de visualizarem o espectro da violência e, dessa forma, vivenciarem novas formas de masculinidades sem a utilização da violência intrafamiliar em seus lares.

Schütz (2012) diz que planejamento é antecipação de eventos futuros; futuros de incertezas. As antecipações têm bases em expectativas e contextos típicos, aqui nos remetemos novamente às experiências vividas como ponto de partida para os anseios de *fazer da mesma forma passada* ou *fazer diferente no futuro* que será presente do Aqui e do Agora. Igualmente vinculadas aos projetos futuros está a liberdade de escolha de cada um. Tal liberdade ocorre por etapas, dependendo de um processo de cadeias inteiras de decisões parciais; aqui se descortinam os aspectos ativos e dinâmicos do Mundo da Vida Cotidiana.

O Mundo da Vida é cíclico, é movimento, passado, presente e expectativas futuras que se moldam e se atualizam constantemente (SCHÜTZ, 2012). O fenômeno da violência intrafamiliar atinge a todos envolvidos: seus autores, a ex ou atual companheira e os filhos. Permanecem, entretanto, as sequelas socioemocionais, psíquicas e as marcas das rupturas geradas pela violência intrafamiliar. Por ser cíclico, também podemos aprender, experienciar novas formas de ser-no-mundo; nossas experiências nos dão respaldo para seguirmos de formas diferenciadas.

Em concordância com os pesquisadores Medrado, Lemos e Brasilino (2011), Nothhaft (2014, 2015), Mistura (2015), Bacigalupe (2016), Beiras e Nascimento (2017) e Ferreira (2017) verificou-se que, dentre os nove AV participantes desta pesquisa, oito responderam sobre o reaprendizado de novas relações afetivas intrafamiliares sem a utilização da violência, manifestando o desejo de constituírem um futuro dentro dessa perspectiva.

Com os dados ora apresentados, nos foi possível apreender as Tipificações a partir das vivências individuais dos AV. De acordo com Schütz (2012) as tipificações individuais têm implicações sociais, ele faz a associação de tipificação e relevância como elementos uníssonos do conhecimento cultural. Esclarece que a tipificação e relevância fazem parte de um sistema socialmente aprovado.

Ainda quanto aos resultados obtidos, podemos elencar uma série de características distintivas, uma tipificação, do grupo social dos autores de violência em região de fronteira, considerando suas as semelhanças individuais bem como suas idiossincrasias. No que tange às semelhanças, encontramos: a falta de assunção de suas responsabilidades perante a agressão cometida; a naturalização da violência; a falta de comunicação entre os cônjuges; o machismo; sentimentos de raiva e frustrações; justificativas externas como o ciúme e a traição; a utilização de bebidas como motivadores e a reaprendizagem para novos comportamentos a partir da compreensão dos impactos da violência intrafamiliar. Dados idiossincráticos foram dois: a falta

de motivação para estabelecer relações conjugais futuras e, em outra vertente, os filhos como motivadores para mudanças de posturas pessoais para seguir a vida sem a utilização da violência nas futuras relações conjugais.

Considerando que a razão mantém a integridade da mente, deixamos o tema em aberto para futuras discussões sobre a ressignificação de valores objetivos para os autores da violência visto que, quando houve espaço para fazerem uma avaliação racional de seus comportamentos violentos, eles se propuseram a mudar e a reconstruir suas vidas.

Esse grupo social, após participação no Projeto BASTA, tornou-se capaz de ressignificar a violência intrafamiliar por meio de esclarecimentos e atenção recebida, sentindo-se valorizado pela equipe multiprofissional. Espera-se que possa haver mais inserção dos autores de violência intrafamiliar por meio de projetos de ressocialização como estratégia de enfrentamento desse fenômeno.

Considerações Finais

Esta pesquisa, de abordagem compreensiva qualitativa utilizou como referencial e caminho metodológico as proposições da Fenomenologia Social de Alfred Schütz (2012). Esse referencial foi fundamental para se entender como acontece o Mundo da Vida para os homens envolvidos em relações conjugais de violência intrafamiliar, a partir de suas perspectivas, experiências de vida cotidiana em seus contextos sociais.

Para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra a mulher, faz-se necessário sair das visões unilaterais que veem esse fenômeno apenas como violência de sexo ou corpo ou duais, em que algoz e vítima continuam perpetuando os papéis sociais do macho algoz-fêmea vítima. Deverão ser inseridos e compreendidos os plurais das feminilidades e masculinidades socialmente em suas vertentes relacionais e de gênero.

Como nos orienta Schütz (2012), o homem não é sujeito rígido, adstrito somente a uma única visão em seu Mundo da Vida; é necessário se compreender os contextos políticos, históricos e culturais em que se concretizam as vivências conjugais violentas.

Certamente, a educação é uma vertente para adquirirmos novos sentidos e valores de vida. Por meio da educação, podemos superar as dicotomias agressor-vítima, tendo uma visão compreensiva da violência intrafamiliar em seu contexto social, entendendo que ela é multifacetada, polissêmica em seus sentidos e definições; principalmente em regiões de fronteira, onde múltiplas etnias e culturas se misturam, obrigando que os cidadãos aprendam a

conviver e a respeitar os direitos individuais e coletivos de cada país bem como seus hábitos e costumes.

A pesquisa demonstrou que as medidas socioeducativas trazem as possibilidades das penas alternativas dessa natureza contribuírem com o rompimento de pensamentos e atitudes machistas para os homens inseridos no ciclo da violência intrafamiliar, tendo visto que, ao final do ciclo de palestras e aulas no Projeto Basta, esses autores de violência conseguiram sair de suas próprias perspectivas machistas para uma nova abordagem e posicionamento de masculinidade.

Neste artigo não se esgotam os dados e estudos dessa temática tão relevante no contexto cultural da tríplice fronteira e nacional. Certamente há limitações da pesquisa e é fundamental a inclusão dos vários atores sociais das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde Pública para problematizar a violência intrafamiliar pela perspectiva de seus autores. Nesse sentido, são importantes novos estudos para compreender a perspectiva dos AV na construção social do feminino e masculino e suas conexões com o fenômeno da violência intrafamiliar.

Referências

AGUIAR, Luiz Henrique Machado de; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. **Gênero**, v. 17, n. 2, p. 81-94, 2017.

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. **Banalização da Lei Maria da Penha**. In: ÂMBITO JURÍDICO. Rio Grande, XIV, n. 91, 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10097. Acesso em dez. 2017.

ANTUNES, Joemia Rodrigues. **Lei Maria da penha: o uso distorcido da lei (marginalização masculina)**. Web Artigos, 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/lei-maria-da-penhaouso-distorcido-da-lei-marginalizacao-masculina/20645/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BACIGALUPE, Gonzalo. **Ecos: 25 anos**. Nova Perspectiva Sistêmica, v. 25, n. 56, p.112-115, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412016000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2017.

BARROS, Miguel Pereira. **Relações de gênero na literatura de cordel**. Curitiba: Appris, 2015.

BEIRAS, Adriano; CANTERA, Leonor M. Narrativas pessoais, construções de Masculinidades – aportações para a atenção psicossocial a homens autores de violência. **Psico**, v. 43, n. 2, p. 251-259, 2012.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos. **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

BIANCHINI, Alice. **Saberes Monográficos: Lei Maria da Penha**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BRASIL. **Lei n. 7.219**, de 11/07/1984: Lei de Execução Penal. *In*: BRASIL. Código Penal, Código de Processo Penal, Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL, **Lei no 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#:~:text=Cria%20mecanismos%20para%20coibir%20a,Viol%C3%A2ncia%20contra%20a%20Mulher%3B%20disp%C3%B5e. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em: 18 set. 2017.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **O enfermeiro e o cuidado à mulher idosa: abordagem da fenomenologia social**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 20, n. 5, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n5/pt_10.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **Vivência e expectativas do cuidador principal de criança obesa**. Rev Rene, v. 20, 2019 Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48211/1/2019_art_scaldeira.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DEEKE, Leila Platt *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 248-258, 2009.

HARMON-JONES, Eddie; PETERSON, Carly K.; HARRIS, Christine R. Jealousy: novel methods and neural correlates. **Emotion, American Psychological Association**, v. 9, n. 1, p. 113-117, 2009.

FERREIRA, Daiane da Silva. Grupo reflexivo e educativo de gênero para homens envolvidos em situação de violência doméstica: uma proposta para o exercício da cidadania. *In*: II

CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134471.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FREIRE, Frederico Maciel Camara. **Ciúme patológico e violência contra a mulher: a ficção cotidiana da alma ciumenta**. 2016. 68 f. Dissertações (Mestrado em Neuropsiquiatria e Ciência do Comportamento) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos.; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Masculinidades, anestésias relacionais e violência conjugal contra a mulher. *In*: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 82-113.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos. **“Ela não precisava chamar a polícia...”: anestésias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal**. 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Dezembro, 2019. Disponível em: [https://assets-compromissoeatitude-
ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/DataSenado_2019_Relatorio_ -
Viol%C3%Aancia_Dom%C3%A9stica_e_Familiar_Contra_a_Mulher_v13_Com_Tabelas.pdf](https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/DataSenado_2019_Relatorio_Viol%C3%Aancia_Dom%C3%A9stica_e_Familiar_Contra_a_Mulher_v13_Com_Tabelas.pdf). Acesso em: 05 de jan. 2020.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=357. Acesso em: 20 jan. 2020.

LICER, Thiago. **A vingança através da Lei Maria da Penha: a criminalização masculina e a denúncia caluniosa**. 2017 Disponível em: <https://thiagolicer.jusbrasil.com.br/artigos/390822236/a-vinganca-atraves-da-lei-maria-da-penha>. Acesso em 30 jun. 2019.

LIRIO, Josinete Gonçalves dos Santos *et al.* **Elementos que precipitam a violência conjugal: o discurso de homens em processo criminal**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 53, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-
62342019000100423&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342019000100423&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 nov. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 231-273, 2013.

MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, p. 471-478, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MISTURA, Teles Furtado. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo: memórias e significados presentes**. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MPSP. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Raio X do feminicídio em São Paulo: é possível evitar a morte**. Núcleo de Gênero-MPSP, 2018. Disponível em: <http://sobef.com.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-RAIOX-do-FEMINICIDIO-pdf.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Políticas Públicas voltadas aos autores de violência de gênero e masculinidades violentas**. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/NOTHAFT-RAISSA.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2017.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. Repensando violência de gênero e políticas públicas para combatê-la. *In: III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Anais eletrônicos [...]* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. 1-7. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Ra%C3%Adssa%20Jeanine%20Nothaft.pdf. Acesso em: 24 ago. 2017.

PEREIRA, Catarina dos Santos **Retrato do ofensor de violência conjugal na perspectiva da vítima**. 2018. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Criminologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2018. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6863/1/PG_Catarina%20Pereira.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

PRÓTON, Sara **A criminalização midiática masculina e a vulgarização da Lei Maria da Penha**. JusBrasil, 2018. Disponível em: <https://saraproton.jusbrasil.com.br/artigos/577352217/a-criminalizacao-midiatica-masculina-e-a-vulgarizacao-da-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 10 maio 2018.

QUENTIN, Marcelo. **Juiz cita cordel em sentença para negar Lei Maria da Penha a marido: 'Se a mulher for valente, o homem que livre a cara'**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2020/01/30/juiz-cita-cordel-em-sentenca-para-negar-lei-maria-da-penha-a-marido-se-a-mulher-for-valente-o-homem-que-livre-a-cara.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCARANCE, Valéria. **Feminicídio é crime de ódio, não de amor, alerta promotora de SP**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/feminicidio-e-crime-de-odio-nao-de-amor-diz-promotora-de-sp>. Acesso em: 12 maio 2019.

SCHNEIDER, Elizabeth. **The Violence of Privacy**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2000.

SCHÜTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Gabriella Véo Lopes da; SANTOS, Mariana Miranda. **Possibilidade de aplicação do artigo 129, §9º, do Código Penal em casos de violência doméstica praticada contra vítimas do gênero masculino.** *Ética, Direito e Meio Ambiente: Interseções e Conexões*, v. 4, n. 6, 2019. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/21042/21042-75870-1>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SOUZA, José Ricardo *et al.* **Programa Basta:** Relatos e reflexões sobre violência contra a mulher. *Revista Conexão*, v. 12, n. 1, p. 156-165, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/7927/5183>. Acesso em: 26 set. 2019.

TEIXEIRA, Renata Andrade *et al.* Cuidado gravídico-puerperal em Rede: o vivido de enfermeiros, médicos e gestores. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 159-66, 2019.

ULLMANN, Alexandra; BARBOSA, Ruchester Marreiros. **Quando a Lei Maria da Penha é uma forma de alienação parental.** *Conjur*, 2018. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2018-jan-24/quando-lei-maria-penha-forma-alienação-parental>. Acesso em: 24 nov. 2019.

8.2 MANUSCRITO 2

**REEDUCAÇÃO E ATENÇÃO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:
ESTRATÉGIAS E PREVENÇÃO NAS REDES DE ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA
EM REGIÃO DE FRONTEIRA**

RESUMO

Objetivo. Compreender os “Motivos Para que”, dos Autores de Violência (AV) intrafamiliar, participantes do Projeto BASTA. **Metodologia.** Estudo qualitativo na perspectiva da Fenomenologia Social de Alfred Schütz, realizado por meio de perguntas norteadoras sobre a violência contra a mulher, com nove homens AV intrafamiliar que participam do Projeto BASTA junto ao Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR, Região de Tríplice Fronteira Internacional – Brasil, Paraguai e Argentina. **Resultados.** Destaca-se uma categoria relacionada aos “Motivos Por que”: Ações de cuidado no contexto dos serviços de atendimento aos AV intrafamiliar. Destaca-se ainda a outra categoria relacionada aos “Motivos Para”, ou seja, às expectativas: Importância das ações de intervenção junto aos AV. **Discussão:** Os AV apresentaram suas angústias e inquietações frente ao preconceito em relação ao seu novo papel vinculado sob a alcunha de ‘agressor’. Assim, apresentou-se o cuidado em saúde voltado para o AV, no sentido de enfatizar a relação entre profissional e AV, com comunicação adequada, possibilitando a recolocação do homem em sua condição existencial, compreendendo suas relações sociais e percepções cotidianas. E, por analogia sugeriu-se as mesmas atitudes a serem adotadas por outros profissionais da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra Mulher. **Considerações finais.** Na condição de atores sociais, os AV revelaram que podem, a partir das ações sociais educativas assumir o papel de protagonista no processo da desconstrução da violência. Consideramos que é necessário investir em políticas públicas, nas diversas áreas da sociedade, para erradicar a violência intrafamiliar. A educação pode ser um agente transformador da cultura da violência para uma cultura de paz e tolerância.

Palavras-chave: Violência de gênero. Construção social do gênero. Acesso à informação. Pesquisa qualitativa.

Introdução

Conforme os estudiosos do tema Grossi (1994), Couto e Schraiber (2005), Lima, Buchele e Clímaco (2008) e Machado (2013), a violência doméstica ou intrafamiliar é, em geral, a primeira de que se tem contato. A violência contra a mulher é uma prática antiga na sociedade, acontece no âmbito privado, pois acontece no seio familiar, dentro do lar por homens Autores de Violência (AV) intrafamiliar, tornando essa prática silenciosa e invisível (CASSAB, 2015).

Historicamente, há três momentos no combate à violência doméstica no Brasil: o primeiro como momento da criação das Delegacias da Mulher em 1985; o segundo, com o surgimento dos Juizados Especiais e Criminais em 1995; e o terceiro, a Lei Maria da Penha em 2006 (LIMA; BUCHELE; CLÍMACO., 2008).

A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, ficou conhecida popularmente como Lei Maria da Penha e foi criada em resposta aos esforços coletivos dos movimentos de mulheres, atendendo às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da ONU, com a finalidade de estabelecer mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Santos e Izumino (2005) descrevem que, no Brasil, houve três correntes teóricas para explicar, combater e dar visibilidade ao fenômeno da violência doméstica, violência contra a mulher: a primeira, a partir da dominação masculina, que traz a visão da mulher sob o jugo da dominação do homem, sem autonomia, no papel tanto de vítima quanto de cúmplice; a segunda corrente seria a dominação patriarcal, tendo influências da perspectiva feminista e marxista, concebendo a violência como expressão do patriarcado, que traz a visão da mulher como sujeito social autônomo, mas essa mulher não perde sua condição de vítima, pois, historicamente, o controle social masculino faz com que ela assim permaneça; a terceira corrente, chamada de relacional, traz a violência como uma forma de comunicação e as relações entre os parceiros se apresenta em um jogo no qual a mulher não é vítima, e sim, cúmplice. Dessa forma, relativiza-se as noções de dominação masculina e a vitimização feminina, sendo a autora dessa proposição a pesquisadora Maria Filomena Gregori (1993).

Segundo as autoras Santos e Izumino (2005), no final dos anos 1980, os pesquisadores brasileiros da violência contra as mulheres passam a adotar e substituir a categoria mulher por gênero, influenciados pelos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social de sexo e gênero. Esse novo paradigma passa a configurar a categoria de análise das construções sociais do masculino e do feminino e de suas complexidades nesses estudos. O fenômeno da

violência contra mulher, ou violência doméstica, passa a configurar também com a expressão violência de gênero.

Nessa mesma época, são evidenciadas, nas pesquisas sociais e acadêmicas, a necessidade premente do exercício da cidadania das mulheres e as possibilidades de acesso à Justiça. Essas pesquisas foram fundamentais para as intervenções sociais, psicológicas e jurídicas, bem como para a implantação de políticas públicas e rede de enfrentamento da violência contra mulher (SANTOS, IZUMINO, 2005).

O conceito de gênero, de acordo com Butler (2014), abarca as formas como o masculino e o feminino são produzidas e naturalizadas e, de outro lado, gênero pode se constituir também nas outras formas através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados.

Uma vez que o estudo da violência doméstica tem caráter sociocultural, regiões de fronteira tais como região de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este são de especial interesse, dadas suas características únicas de interação e troca entre os diversos grupos étnicos existentes e suas estruturas. A sociedade em torno das práticas sociais, culturais e econômicas na Tríplice Fronteira é uma sociedade dinâmica formada por brasileiros e estrangeiros de diversos lugares e descendências e revela a face do multiculturalismo com mais de 72 etnias (SILVA, 2014).

Na abordagem da violência e da civilização, Adorno (1999) constrói uma visão de que a modalidade atual dos conflitos não é mais apenas de classe, mas também de gênero, geração, etnia e religião. Adorno (1999) nos alerta sobre as influências étnicas e religiosas, justamente em áreas de intensa superposição na região de tríplice fronteira, as quais serão abordadas no presente estudo. Torna-se vital entender como essa superposição entre etnias, culturas e religiões, própria da região fronteira, afeta a percepção e o entendimento da violência contra mulheres, pelos homens autores de violência que vivem concretamente nessa conurbação (SCHÜTZ, 2012).

O objetivo do presente estudo foi chegar à uma compreensão mais precisa quanto às motivações – “Motivos Por que” e “Motivos Para” – dos AV intrafamiliar, participantes do Projeto BASTA, junto ao Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR. Cumpre esclarecer que o Projeto BASTA é um grupo de intervenção multidisciplinar de caráter pedagógico e preventivo sobre a violência doméstica, para acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente. Os participantes são pessoas que cumprem pena por violência doméstica, Lei Nº 11.340/2006 (Maria da Penha), sendo uma condição imposta pelo Juiz, por exemplo, como alternativa à prisão ou como complemento às medidas protetivas. O

acompanhamento de participação do Projeto BASTA é realizado mediante assinatura (mensal, quinzenal, semanal).

Conforme apontam Guimarães e Diniz (2017), os sentidos de violência para os homens, se constroem de forma naturalizada, em seu processo de socialização das masculinidades tais como: a soberania masculina, a valentia, a honra, a dominação, a invulnerabilidade e a força. Esse modelo naturalizado traz a violência como um atributo masculino e o apresenta como afirmação do “ser homem”, contribuindo, dessa forma, para que os homens adotem práticas que colocam em risco suas vidas, e os induz às condutas autoritárias nas relações, principalmente no âmbito familiar.

Através do Projeto Basta os AV têm aulas com os seguintes conteúdos: conscientização sobre Lei Maria da Penha e direitos humanos; construção de formas não violentas de resolução de conflitos; reflexão e reeducação sobre estereótipos rígidos de gênero; desigualdades entre homens e mulheres visando a transformação de valores e práticas machistas.

Porém, como nos informam Chefer, Mori e Barbosa (2017), os AV que participam do Projeto BASTA no Patronato Municipal estão cumprindo Penas Alternativas, são homens judicializados e sua participação não é voluntária. Importa esclarecer que os AV não solicitam ajuda espontaneamente e têm dificuldade em se reconhecerem como agressores.

Assim, os programas de atendimento aos AV têm como desafio a assunção da responsabilidade pessoal por seus atos violentos no lar. Portanto, quando os AV conseguem expressar os novos sentidos para ações futuras pacíficas nas relações conjugais, indicam a importância desses programas de assistência.

Os profissionais, do Projeto BASTA trabalham junto aos AV em um processo psicossocial de reflexão e reeducação, possibilitando a construção de novos saberes e formas de agir no mundo.

Um dado importante dos atendimentos aos AV do Projeto BASTA do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, sobre a revitimização e reincidência, é que houve uma reincidência e quatro autores não quiseram participar, de um total de 218 assistidos sendo 212 homens e seis mulheres, no período de 03/2016 a 20/12/2019. Isso nos remete às possibilidades da reeducação social como processo importante para a Rede de combate à violência contra a mulher.

Métodos

O presente estudo se constituiu em uma pesquisa qualitativa, a partir do referencial da Fenomenologia Social de Alfred Schütz (SCHÜTZ, 2012). Compreendeu-se como os homens AV que vivem na tríplice fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai, significam suas masculinidades diante do fenômeno da violência doméstica. Buscou-se a compreensão da violência intrafamiliar a partir de suas experiências concretas do vivido nesse contexto social e de sua inserção no Mundo da Vida, Mundo Social (SCHÜTZ, 2012).

O local de pesquisa foi o Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR, vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade; Região da Tríplice Fronteira, pertencente também a Nona Regional de Saúde (9ª RS) do Estado do Paraná, Brasil, no Projeto Basta, vinculado ao Patronato.

Solicitou-se autorização, com parecer favorável da Direção e Coordenação do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, Paraná e Unioeste para desenvolver o estudo no respectivo local. Foram estudados autores de agressão à mulher participantes do Projeto Basta do Patronato que participaram dessas atividades socioeducativas entre 2018 e 2019.

Os participantes foram identificados a partir de suas participações nos grupos. Após esta identificação, foi feito contato prévio por telefone para agendar o dia e horário conveniente para os esclarecimentos sobre a pesquisa e agendamento posterior das entrevistas. Três entrevistas foram realizadas no primeiro encontro. Ao todo foram realizados nove encontros para a conclusão da pesquisa.

Os participantes do estudo receberam todas as informações sobre a pesquisa. Os que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os riscos para os participantes da pesquisa foram os mínimos decorrentes de uma entrevista. Em caso de algum incidente por se tratar de questões subjetivas, suscitando algum desconforto físico e/ou psicológico, assistência necessária ao participante estaria garantida, porém, não houve necessidade dessa assistência.

O número de participantes não foi determinado, sendo as entrevistas encerradas quando os relatos se mostraram convergentes, com vistas à compreensão da vivência dos autores de violência intrafamiliar. Nove AV foram estudados.

Para que a coleta dos relatos pudesse ocorrer sem constrangimentos e desconfortos, o pesquisador e o participante combinaram a realização das entrevistas nas dependências do Patronato. As entrevistas foram realizadas em ambiente reservado para que não houvesse interferências de outros e, conseqüentemente, prejuízo na obtenção dos relatos.

No primeiro momento, buscaram-se fontes secundárias de dados, sendo utilizados os prontuários dos autores de violências do Projeto BASTA, do Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu-PR para a caracterização dos participantes. Após coletar os dados documentais, a técnica utilizada para a obtenção dos relatos foi a entrevista gravada com dispositivo digital Smartphone.

Optou-se por formular aos entrevistados questões abertas abarcando os “Motivos Por que” e os “Motivos Para”, por possibilitar ao pesquisador a obtenção de informações mais representativas sobre o tema, conforme citadas anteriormente.

As entrevistas foram realizadas no período de janeiro/2019 a abril/2019. Considerou-se a disponibilidade dos participantes para esclarecimento sobre a pesquisa, bem como para a obtenção dos relatos por meio da entrevista. Os participantes do estudo receberam todas as informações sobre a pesquisa. Dessa forma, cumpriram-se todos os princípios da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde sobre as diretrizes e normas regulamentadoras com pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012). Os que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

É importante ressaltar que os participantes tiveram o seu anonimato preservado, sendo identificados no estudo como: AV (Autor de Violência), seguindo o número de suas respectivas entrevistas, AV1, AV2, AV3 e assim sucessivamente. Dessa forma foram estudados nove homens autores de violência identificados como Autores de Violência AV1 ao AV9. Este projeto de pesquisa foi tramitado no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – CEP/UNIOESTE e obteve parecer favorável nº 2.952.265/2018 e CAAE 00397118.9.0000.0107.

Resultados

Participaram do estudo nove homens AV intrafamiliar contra mulher, sendo que todos foram homens judicializados e estavam cumprindo Alternativas Penais, forma de cumprimento de pena ou outra medida alternativa em meio aberto, aliada à assistência integral, compreendendo as esferas jurídica, psicológica, social, pedagógica e cultural, com vistas à reintegração social e à consequente diminuição da reincidência criminal dos assistidos (LEI 4.085, 2013).

Uma das sanções aplicadas foi a participação deles no Projeto BASTA do Patronato Penitenciário Municipal em Foz do Iguaçu, Paraná. Os participantes tinham idades entre as

faixas de 23 a 63 anos; de escolaridade fundamental incompleto até o ensino superior. Dos nove participantes, dois mantinham relacionamento conjugal e os sete restantes estavam solteiros no momento da pesquisa. Sobre a religião, quatro confirmaram serem católicos e os outros cinco afirmaram não professar nenhuma religião.

A partir da fala dos participantes, foi realizada análise compreensiva com as seguintes perguntas: O que você espera para sua vida a partir da sua participação nesse projeto? Quais mudanças você se propõe? O que espera dos serviços e profissionais que atuam com homens nesse projeto? Gostaria de falar sobre algo que não foi conversado nesta entrevista e que julga importante? Assim, foram identificadas duas categorias: *Ações de Cuidado no Contexto dos Serviços de Atendimento aos AV Intrafamiliar* e *Importância das Ações de Intervenção Junto aos AV*.

Reportando-se aos “Motivos Por que”, na categoria *Ações de falta de cuidado dirigidas aos AV intrafamiliar* é relevante ressaltar que os participantes consideraram que houve parcialidade dos juízes quanto à sentença decretada por não considerarem a parcela de culpa das mulheres. Assim, encontramos os seguintes relatos, após o atendimento profissional nas instâncias judiciais, de cinco dos nove participantes do estudo:

É o que eu te falei, é escutar as duas partes, não só uma parte, tipo ser julgado, tipo é isso, o que eu acho que tinha que de mudar. Para mim a queixa é só isso. Só essa, eu não fui escutado. (AV1)

Eu, já vinha apanhando muito dela, muito mesmo! Então, porque que eu dei um tapa nela, e eu me ferrei! Ela me bateu um ano e pouco e com ela não aconteceu nada? Então, isso eu não aceito até hoje, não sei, não aceito! (AV2)

E, infelizmente meu sentimento é muito grande até hoje, é que no fórum eu não pude falar nada. O juiz me disse que o que eu tinha que falar era sim, ou não. (AV3)

[...] me dá medo, da Maria da Penha. A Lei não vê por esse lado, eles não querem saber; nem o juiz, e nem o promotor. Deveriam escutar o casal, não tem essa investigação, que deveria ter. (AV6)

Só reiterar o meu descontentamento com aplicação da lei, a forma que a lei a direcionada. O que que aconteceu antes? O cara estava se defendendo? Então, tem que ser analisado caso a caso. Nem todo caso é igual. (AV8)

Em relação aos “Motivos Para”, ou seja, às expectativas dos AV ao responderem sobre as questões: O que espera dos serviços profissionais que atuam com homens AV nesse projeto? Gostaria de falar sobre algo que não foi conversado nesta entrevista e que julga importante? Obteve-se a categoria *Importância das ações de intervenção junto aos AV*.

Sim, agora já sei das leis, não posso nem falar nada... xingar... para mim foi bom porque aprendi mais. (AV1)

Ainda quanto aos “Motivos Para”, os encontros alcançaram o propósito principal que foi o repensar a própria atitude frente a vida social que se apresenta na cotidianidade, reforçando os bons resultados alcançados na categoria de Ressignificação e Reaprendizagem quanto à Violência Intrafamiliar. Vejamos algumas avaliações dos AV:

Foi super bom as atividades, mostraram como a gente tem que ser, e não como a sociedade acha que tem que ser. (AV2)

É porque a gente vai aprendendo mais. É como dizem: a gente sempre acha que sabe tudo e não sabe. Aprendi proteção à criança, criar o filho, como educar, como participar da vida dele. (AV3)

Muito bom, experiência a mais. Eu aprendi que não leva a nada querer fazer justiça por você mesmo; a se julgar uma pessoa. Todo mundo é igual no seu jeito, no que sente, no que trabalha, no que se faz. (AV4)

Eu acho que uma porta estava fechada em mim, e é para eu tentar abrir, é para ter visão. Para mim contribuiu porque nós já temos uma forma de pensar. (AV5)

Foi bem bacana! As meninas da área da Psicologia foram bastante esclarecedoras, solícitas. Tiraram algumas dúvidas escutaram algumas pessoas que quiseram dar o seu relato. Da área jurídica, a mesma coisa. O pessoal aqui foi bem atencioso! Bem eficiente! (AV8)

Um aprendizado que eu levei daqui foi que as pessoas que fizeram o Basta, elas tão aqui para poder ajudar, para poder aconselhar a gente. A melhor forma para gente é conversando e a gente resolve tudo. (AV9)

Discussão

Conforme Schütz (2012), Caldeira *et al.*, (2016), Machineski *et al.* (2017) e Caldeira *et al.*, (2019), o enfoque da Fenomenologia Social é a investigação compreensiva dos atores sociais. Assim, as vivências cotidianas dos AV pesquisados foram compreendidos a partir do mundo de suas experiências vividas; revelando os seus atos intencionados em suas relações sociais, desvelando suas manifestações gestuais para além da fala, do discurso.

Os Estoques de Conhecimentos disponibilizados pelos AV intrafamiliar, em região de fronteira, descortinaram os limites e fronteiras de suas ações sociais, suas redes de relações e estruturas sociais. Dessa forma evidenciou-se que as ações no Mundo da Vida de cada um dos atores sociais não são de caráter individual, e sim social (SCHÜTZ, 2012).

Apresentada na categoria *Ações de cuidado no contexto dos serviços de atendimento aos AV intrafamiliar*, percebeu-se que os autores de violência intrafamiliar, ao se reportarem aos atendimentos nas instâncias policiais e jurídicas, não se sentiram ‘ouvidos’. Reportaram uma invisibilidade do sistema judicial, e que o sistema apenas quer saber se eles são ‘culpados’, ou ‘não culpados’.

Os profissionais dos diversos setores das áreas das ciências sociais, direito e saúde imbricados no processo de assistência ao autor de violência doméstica e familiar nos reportam às *intencionalidades recíprocas*. Nas interações sociais do relacionamento *face a face*, os técnicos e profissionais apresentam suas práticas no Mundo da Vida frente aos AV.

A ação expressiva no Mundo da Vida é ato em que os atores sociais expõem por meio da linguagem e pensamentos suas subjetividades; de um ator para o outro em específico. Ao final dos encontros, ficou subtendido que profissionais da área da justiça, policiais, técnicos e juristas, não manifestaram interesse em atender as queixas dos AV e segundo a percepção desses autores, eles os colocaram simplesmente na relação direta: agressor, logo culpado. E, como tal, os AV sentiram-se não merecedores de explicações, ou diálogos. Ao contrário, sentiram-se punidos e sem chances para se defender. Outro dado que os AV trouxeram, foi a percepção do preconceito em relação à condição do novo papel social a eles atribuído: agressor.

A ação expressiva é, portanto, um ato deliberado em que um sujeito expõe, por meio de linguagens, os pensamentos que habitam sua consciência. Trata-se, sobretudo, de um ato intencional, ou seja, dirigido com uma intencionalidade específica: de um sujeito para outro (SCHÜTZ, 2012).

Medrado, Lemos e Brasilino (2011) citam as dificuldades e contradições que os profissionais têm nos posicionamentos quanto aos atendimentos aos AV intrafamiliar, sugerindo que há necessidade de que eles aumentem a lente de visão sobre essa problemática de forma a subtrair do processo as suas visões já preconcebidas.

Soares (2004) aponta que a assistência ao autor de agressão de gênero é uma inversão do pensamento do “senso comum”, em geral, é mais fácil a empatia com a vítima, e, para os profissionais imbricados no atendimento na esfera da violência doméstica, seguir esses mesmos *modus operandi* já estabelecidos socioculturalmente, ou seja, a forma dominante do patriarcado brasileiro seria uma tendência. Assim, eles apresentam razoável resistência para novas propostas, o que foi historicamente herdado também dos movimentos feministas radicais.

Por outro lado, os estudos com autores de violência nos indicam que esses não reconhecem a agressão intrafamiliar como um ato de violência. Em geral associam a violência apenas ao âmbito público e a negam no privado. Ressaltamos a importância da ação de cuidar

não ser somente práxis da área de saúde: a Lei Maria da Penha traz o conceito de punição e ressocialização para os AV como uma prática de políticas públicas para prevenção e combate à violência contra a mulher.

Novaes, Freitas e Beiras (2018) destacam a necessidade de serem desenvolvidas novas habilidades pelos profissionais que atendem aos AV devido às complexidades desse atendimento. O fenômeno da violência intrafamiliar é um processo social, não é individual, portanto, requer que os vários profissionais possam ampliar a compreensão desse fenômeno para que as estratégias no combate e prevenção da violência intrafamiliar formem uma rede de serviços intersetoriais.

Schütz (2012), Machineski *et al.* (2017) e Caldeira *et al.* (2019) dão ênfase para o profissional de saúde, em sua ação de cuidar, ao olhar para o outro que necessita de cuidados, como um Ser em que os sentidos e significados estão implícitos. Propõem que os profissionais de saúde enfatizem a relação entre profissional e AV, adequando a comunicação, possibilitando a recolocação do homem em sua condição existencial, compreendendo suas relações sociais e percepções cotidianas.

Sustentam uma prática do profissional de saúde reforçada a importância da escuta nas relações. A escuta qualificada traz a dimensão horizontal das inter-relações humanas; relação “face a face”. A compreensão da copertinência entre homem e mundo e da existência como cuidado, naquele sentido ontológico, implica uma transformação do olhar, revertendo preocupações técnicas de eficácia na solução de sintomas para o plano da ética e das possibilidades de singularização existencial (MONTIEL, 2004). Dessa forma, podemos, por analogia, sugerir as mesmas práxis para outros profissionais envolvidos na rede de combate ao enfrentamento da violência familiar.

Sobre o trabalho em rede entre as várias instituições em seus âmbitos jurídicos, sociais e de saúde, ainda não é uma realidade, ainda não trabalham de forma interativa, não ocorrendo o cruzamento de conhecimentos e intervenções, nos planos e programas de intervenção aos autores de violência intrafamiliar (RIBEIRO; VIEIRA, 2018).

Schütz (2012) e Caldeira *et al.* (2019), indicam que nascemos em um mundo sociocultural e vivemos em interação social. Viver no Mundo da Vida implica experimentar, dia a dia, interações complexas em nossas redes de relacionamentos sociais.

Na segunda categoria, contemplando os “Motivos Para”, orientada pelas expectativas dos AV, encontramos a *Importância das ações de intervenção junto aos AV*.

A estrutura da realidade dos indivíduos molda-se socialmente, assim, há a compreensão dos fenômenos cotidianos da existência humana no mundo da vida, considerado como um

mundo social. Nessa categoria, também se observou as relações *face a face* entre os profissionais do Projeto Basta e os AV. A interação *face a face* resultou em novos sentidos para uma futura vida conjugal pacífica, gratidão aos profissionais do Projeto Basta, aprendizagem e abertura de novas fronteiras para se vivenciar no Mundo da Vida.

Na *relação social face a face* há aproximações, distanciamentos, interações que possibilitam aos envolvidos expressar seu modo de ser, suas angústias, frustrações, medos, inseguranças, expectativas futuras, enfim, sua *bagagem de conhecimento*. São nessas experiências que a *subjetividade* entre profissionais do Projeto Basta e autores de violência intrafamiliar se manifestaram. Para a Fenomenologia Social, nesses momentos, se concretiza a *intersubjetividade* (SCHÜTZ, 2012).

Verifica-se também o acréscimo da *bagagem de conhecimento* dos AV, constituída de suas experiências de outrora, de seus antecessores, e dos seus contemporâneos, pelo Aqui e Agora que se materializou a partir do BASTA. Novos saberes agregados ao *Estoque de conhecimento* pelas suas vivências diárias realizadas concretamente a partir da compreensão de suas experiências nas interações sociais no Projeto BASTA.

Novos motivos existenciais foram apreendidos dos “Motivos Por que”, baseados em suas experiências passadas, do concreto já realizado, possibilitando os “Motivos Para” referente às experiências ainda não vividas, que são as expectativas, o projetar-se para o futuro, expectativas de uma nova vida conjugal pacífica (SCHÜTZ, 2012; MACHINESKI *et al.*, 2017; CALDEIRA *et al.*, 2019).

Considerações Finais

Observou-se que as participações dos AV no Programa BASTA, em Foz do Iguaçu-PR, trouxeram perspectivas que poderão favorecer futuras relações pacíficas dentro das relações conjugais, dessa forma, tendo possibilidades efetivas para o rompimento do ciclo de violência intrafamiliar por parte dos AV.

Assim, um aspecto fundamental é a prevenção e certamente, a elaboração e fortalecimento de Políticas Públicas com vistas à inclusão dos autores de violência em programas socioeducacionais pode ser um caminho efetivo para a construção e a mudança de novos signos, sentidos, significados de um Mundo da Vida sem violência intrafamiliar.

Ribeiro e Vieira (2018) reconhecem que as estratégias de programas de intervenção junto aos AV se constituem como repostas inovadoras para a reabilitação destes, frente às

abordagens tradicionais meramente punitivas. Por outro lado, ponderam serem essas medidas remediativas, pois acontecem depois do fenômeno ocorrido. Sugerem os autores a necessidade de pesquisas científicas e estudos sociais para a construção de intervenções proativas e preventivas uma vez que, o papel de agressor e de vítima, nas relações de violência, é exercido por homens e mulheres.

Concorda a autora desta pesquisa com Ribeiro e Vieira (2018), quanto à necessidade de conjugar conhecimentos e intervenções numa abordagem reflexiva e crítica, capazes de mobilizar as corresponsabilidades para mudança, pautadas na ética de maneira a viabilizar a transformação das intervenções não só remediadoras e corretoras, mas profiláticas, educativas, preventivas, capazes de educar e evitar assim a materialização da violência. Essas transformações dependem do reconhecimento das realidades de cada um, os quais somados formam o coletivo social que pode ser construído a partir do diálogo pluri-institucional e multidisciplinar.

Políticas públicas – ações governamentais essenciais no combate a violência – devem ser firmadas pelos governos para que sejam legitimadas e perpetuadas e devem contar com a participação popular para que se intensifique o controle social e se evite sua precarização. É através da educação, seja ela formal ou não, que políticas públicas preventivas possibilitam a desnaturalização e desconstrução desse fenômeno. Podendo talvez, dessa forma, seguirmos enquanto coletivo social para uma transformação inversa à violência atual, ao construirmos socialmente um ciclo virtuoso para a cultura da paz.

Longe de abranger todos os vieses desse complexo fenômeno, o referido estudo problematizou a violência intrafamiliar a partir da perspectiva de AV e abriu novas fronteiras para pesquisas científicas nesse âmbito. Os números das estatísticas crescentes, ano a ano, comprovam a necessidade de novas pesquisas sobre esse fenômeno (CERQUEIRA *et al.*, 2018; MPSP 2018; CERQUEIRA *et al.*, 2019).

Assim, esta pesquisa procurou contribuir para a reflexão e o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas de atenção a serem implementadas nas Redes de Atendimento e Enfrentamento à Violência. No ensino e na pesquisa espera-se que possa suscitar outros estudos para somar aos resultados aqui encontrados e que venham ao encontro das necessidades e inquietações dos profissionais da saúde no intuito de instrumentalizá-los para as suas ações de cuidado no que diz respeito a assistência aos AV.

Referências

ADORNO, Sérgio Violência e civilização. *In*: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **A sociologia para o século XXI**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas: Pelotas, 1999, p. 77-106.

CERQUEIRA, Daniel.; *et al.* **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/pesquisa/atlas-da-violencia-2018-ipea-fbsp-2018/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos. **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

BRASIL, **Lei no 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#:~:text=Cria%20mecanismos%20para%20coibir%20a,Viol%C3%Aancia%20contra%20a%20Mulher%3B%20disp%C3%B5e. Acesso em: 18 jun. 2018.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos. Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **Ações de cuidado do enfermeiro no Programa Rede Mãe Paranaense**. REME – Revista Mineira de Enfermagem, v. 21, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-907956>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **O enfermeiro e o cuidado à mulher idosa: abordagem da fenomenologia social**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 20, n. 5, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n5/pt_10.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **Vivência e expectativas do cuidador principal de criança obesa**. Rev Rene, v. 20, 2019 Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48211/1/2019_art_scaldeira.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

CASSAB, Latif Antonia. **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015.

CERQUEIRA, Daniel.; *et al.* **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CHEFER, Beatriz. S.; MORI, Samantha G.; BARBOSA, Claudia. Relato de Experiência - Programa BASTA: O Acolhimento da Psicologia em Grupo de Autores de Violência Doméstica. *In*: XI – CBTC 2017 - CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIAS COGNITIVAS - A PLURALIDADE NAS TERAPIAS COGNITIVAS: INTEGRANDO MODELOS. **Anais eletrônicos [...]** Campinas, Federação Brasileira de Terapias, 2017. Disponível em: <http://cbtc.fbtc.org.br/Anais2017/ListaResumoPoster>. Acesso em: 23 ago. 2017.

COUTO, Márcia Tereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Problemas sociais homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Orgs). **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pilar. **Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Feministas CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos.; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Masculinidades, anestésias relacionais e violência conjugal contra a mulher. *In*: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 82-113.

FOZ DO IGUAÇU-PR. **Lei Nº 4.085**, de 6 de Maio de 2013. Cria o patronato penitenciário de Foz do Iguaçu, o fundo municipal do patronato e dá outras providências. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2013/408/4085/lei-ordinaria-n-4085-2013-cria-o-patronato-penitenciario-de-foz-do-iguacu-o-fundo-municipal-do-patronato-e-da-outras-providencias> Acesso em 23 ago. 2017.

INSTITUTO AVON. **Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. 2011. Disponível em: http://cidadaniaemdestaque.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html. Acesso em: 21 nov. 2018.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade**. Cadernos Pagu, n. 11, p. 231-273, 2013. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634>. Acesso em: 26 set. 2019.

MACHINESKI, Gicelle Galvan. *et al.* **A estrutura organizacional da rede de saúde mental brasileira: revisão integrativa**. Revista Varia Scientia – Ciências da Saúde, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/16286>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, p. 471-478, 2011.

MONTIEL, José Maria. A fenomenologia do cuidar: prática dos horizontes vividos nas áreas da saúde, educacional e organizacional. **Psico-USF**, Itatiba, v. 9, n. 2, p. 221-223, 2004.

MPSP. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Raio X do feminicídio em São Paulo: é possível evitar a morte**. Núcleo de Gênero-MPSP, 2018. Disponível em:

<http://sobef.com.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-RAIOX-do-FEMINICIDIO-pdf.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NOVAES, Rodrigo Caio de Padua; FREITAS, Guilherme Arthur Possagnoli; BEIRAS, Adriano. A produção científica brasileira sobre homens autores de violência: reflexões a partir de uma revisão crítica de literatura. **Barbarói**, v. 51, p. 154-176, 2018.

RIBEIRO, Sandra; VIEIRA, Ricardo Manoel das Neves. A mediação e a violência doméstica: do trabalho social com os agressores. *In*: MARGARIDO, Cristovão; VIEIRA, José Marques Ricardo; VIEIRA, Ana; SILVA, Pedro (Eds.). **Da mediação intercultural à mediação comunitária**: estar dentro e estar forma para mediar e intervir Porto: Edições Afrontamento, 2018. p. 79-99.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: notas sobre estudos feministas no Brasil. Revista Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018

SCHÜTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Maciel Alvino. **Breve História de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu-PR: Epígrafe, 2014.

SOARES, Barbara Musumeci. Os homens do século XXI. *In*: ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas homem a homem**: Grupo Reflexivo de Gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

9. CONCLUSÃO

Esta pesquisa qualitativa compreensiva utilizou, como referencial e caminho metodológico, as proposições da Fenomenologia Social (SCHÜTZ, 2012).

Verificou-se que as inquietações levantadas na pesquisa foram respondidas. Nas questões: como os AV percebem a violência intrafamiliar; o que os leva à essas práticas, percebemos que as duas se entrelaçam e se justificam na óticas desse autores, seja para se eximirem das responsabilidades em relação às agressões que praticam no lar, como as justificativas do ciúmes, traição, bebidas, questões financeiras e outras. Foi possível, como nos orienta Schütz (2012), inclusive, fazer as tipificações desse grupo social.

Assim também percebemos que a pesquisa respondeu as questões sobre a possibilidade de ressignificação e mudanças frente à violência doméstica pelos AV, mediante à exposição e realização de atividades socioeducativas no BASTA, à exemplo de: novos valores, novos comportamentos e a comunicação mais saudável, dentro da relação conjugal.

Dessa forma, atingimos o objetivo da pesquisa que foi compreender o fenômeno da violência intrafamiliar na perspectiva dos seus autores. Pela fala dos AV, compreendemos suas motivações existenciais, constituídas dos Motivos Por que e Motivos Para (SCHÜTZ, 2012).

Estudar os autores de violência nos permitiu compreender o Mundo da Vida, no contexto onde estavam inseridos. Como atores sociais, eles revelaram que podem, a partir das ações sociais educativas, assumir o papel de protagonista no processo da desconstrução da violência.

Nesta pesquisa também, os AV trouxeram suas angústias e inquietações frente ao preconceito em relação ao ser considerado: 'agressor'. Assim, trabalhamos as questões do cuidado em saúde voltadas para eles, no sentido de enfatizarem a relação profissional x paciente, com comunicação adequada, possibilitando a recolocação do homem em sua condição existencial, compreendendo suas relações sociais e percepções cotidianas. E, por analogia, sugerimos as mesmas atitudes a serem adotadas pelos outros profissionais da Rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulher.

Consideramos que investir em políticas públicas, nas diversas áreas da sociedade, é necessário para erradicar a violência intrafamiliar. A educação pode ser um agente transformador da cultura da violência para uma cultura de paz e tolerância.

Reconhecemos a limitação desta pesquisa uma vez que o número de participantes estava circunscrito à cidade de Foz do Iguaçu e espera-se que este estudo suscite outros estudos e reflexões nas perspectivas dos AV, no sentido de possíveis mudanças no tange ao seu protagonismo em relação a esse fenômeno. Esperamos, contudo, que este trabalho possa

fornecer subsídios úteis aos serviços e que possam contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas de atenção a serem implementadas nas Redes de Atendimento e Enfrentamento à Violência.

No ensino e na pesquisa espera-se que este trabalho possa suscitar outros estudos para somar aos resultados aqui encontrados e que venham ao encontro das necessidades e inquietações dos profissionais da saúde no intuito de instrumentalizá-los para as suas ações de cuidado no que diz respeito à assistência aos AV.

10. REFERÊNCIAS

BACIGALUPE, Gonzalo. **Ecos: 25 anos.** Nova Perspectiva Sistêmica, v. 25, n. 56, p.112-115, dez. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412016000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2017.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos. **Homens e violência contra mulheres:** pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

BLAY, Eva Alterman. **Feminismos e masculinidades:** novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Lei no 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#:~:text=Cria%20mecanismos%20para%20coibir%20a,Viol%C3%Aancia%20contra%20a%20Mulher%3B%20disp%C3%B5e. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. **Lei no 8.080** de 19 de setembro de 1990, Resolução 466/2012. Publicada resolução 466 do CNS que trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** Brasília, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Diretrizes para implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.** 2006 Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CABRAL, Francisco.; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. *In:* SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação:** um novo olhar. Belo Horizonte: Rona, 1998. p. 142-150.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **O enfermeiro e o cuidado à mulher idosa:** abordagem da fenomenologia social. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 20, n. 5, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n5/pt_10.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CALDEIRA, Sebastião *et al.* **Vivência e expectativas do cuidador principal de criança obesa.** *Rev Rene*, v. 20, 2019 Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48211/1/2019_art_scaldeira.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARDIN, Eric G. A formação do ser social e a informalidade na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). *In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO. Anais eletrônicos [...]* Buenos Aires: Asociación Argentina de Especialistas em Estudios del Trabajo, 2005. Disponível em: <https://www.aset.org.ar/congresos/7/02001.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2018.** Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/pesquisa/atlas-da-violencia-2018-ipea-fbsp-2018/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CHEFER, Beatriz. S.; MORI, Samantha G.; BARBOSA, Claudia. Relato de Experiência - Programa BASTA: O Acolhimento da Psicologia em Grupo de Autores de Violência Doméstica. *In: XI – CBTC 2017 - CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIAS COGNITIVAS - A PLURALIDADE NAS TERAPIAS COGNITIVAS: INTEGRANDO MODELOS. Anais eletrônicos [...]* Campinas, Federação Brasileira de Terapias, 2017. Disponível em: <http://cbtc.fbtc.org.br/Anais2017/ListaResumoPoster>. Acesso em: 23 ago. 2017.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Pensando o cuidado na relação dialética entre sujeitos sociais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, n. 2, p. 214-217, 2005.

COUTO, Márcia Tereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Problemas sociais homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Orgs). Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERREIRA, Daiane da Silva. Grupo reflexivo e educativo de gênero para homens envolvidos em situação de violência doméstica: uma proposta para o exercício da cidadania. *In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Anais eletrônicos [...]* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134471.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FIGUEIREDO, Luiza Vieira de Sá. Violência contra as mulheres na fronteira: as cidades gêmeas de Corumbá/Porto Quijaro e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 262-278, 2015.

FOZ DO IGUAÇU-PR. **Lei Nº 4085**, de 6 de Maio de 2013. Cria o patronato penitenciário de Foz do Iguaçu, o fundo municipal do patronato e dá outras providências. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2013/408/4085/lei-ordinaria-n-4085-2013-cria-o-patronato-penitenciario-de-foz-do-iguacu-o-fundo-municipal-do-patronato-e-da-outras-providencias> Acesso em: 23 ago. 2017.

GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza; SILVA, Claudio Felipe Ribeiro da. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero (117:140). *In*: MINAYO, Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, 2005. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

GRANJA, Edna Mirtes dos Santos. **Entre crimes e castigos: matriz de (im)possibilidades na atenção integral aos homens autores de violência de gênero**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GROSSI, Miriam Pilar. **Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Feministas CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos.; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Masculinidades, anestésias relacionais e violência conjugal contra a mulher. *In*: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 82-113.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km²**. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>. Acesso em: 20 jun. 2018.

IDESF. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. **Diagnóstico do desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil - Educação, Saúde, Economia e Segurança Pública: a análise dos números**. 2018. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/2018/08/27/diagnostico-do-desenvolvimento-das-cidades-gemeas-do-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2018.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Male World: men, masculinities and international relations. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 109, p. 309, 2014.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristina. **As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social**. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristina. **Análise espacial dos homicídios nos municípios do Estado do Paraná**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e

Agronegócio) – Programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócios, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2009.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristina; AZEVEDO, Paulo Roberto; CARDIN, Erick Gustavo. **A. tríplice fronteira internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto** histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. *Revista Perspectiva Geográfica*, v. 8, n. 9, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/viewFile/9383/7037>. Acesso em: 20 set. 2018.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristina. **Homicídios na fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai: considerações sobre Foz do Iguaçu e a Região Metropolitana da Cidade Do Leste**. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

LILA, Marisol; GRACIA, Enrique; HERRERO, Juan. Asunción de responsabilidad en hombres maltratadores: influencia de la autoestima, la personalidad narcisista y la personalidad antisocial. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 44, n. 2, p. 99-108, 2012.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

LYRA-DA-FONSECA, Jorge Luiz Cardoso. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)**. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

MACEDO FILHO, Renato. Cuidado. *In*: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth Maria; MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em situação de Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015. p. 84-86.

MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 3, p. 471-478, 2011.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 809-840, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Textos Básicos de Saúde, Brasil. Ministério da Saúde, 2005.

MISTURA, Teles Furtado. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo: memórias e significados presentes**. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MS. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cultura_paz_saude_prevencao_violencia.pdf. Acesso em: 23 ago. 2017.

NEVES, Sofia. Feminicídio: o fim da linha da violência de gênero. **Ex aequo**, Lisboa, n. 34, p. 09-12, 2016.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Políticas Públicas voltadas aos autores de violência de gênero e masculinidades violentas**. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/NOTHAFT-RAISSA.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2017.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. **O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2019.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. Repensando violência de gênero e políticas públicas para combatê-la. *In*: III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. 1-7. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Ra%C3%Adssa%20Jeanine%20Nothافت.pdf. Acesso em: 24 ago. 2017

ONU. ONU MUJERES. **Violência contra las mujeres en Paraguay: Avances y Desafíos**. Paraguay: AGR AS, 2014.

ONU. ONU Mulheres. **Respostas à violência baseada em gênero no cone sul: Avanços, desafios e experiências regionais**. Relatório Regional, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes – UNODC para Brasil e Cone Sul, 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_crime/Publicacoes/Respostas_Violencia_Genero_Cone_Sul_Port.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

PALA, Ágnes Cristina da Silva. **O cuidado psicológico com doentes crônicos em uma perspectiva fenomenológica existencial**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Subjetividade) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PERISSINOTTO, Renato; SZWAKO, José. Movimentos sociais como teóricos políticos: volin, ideias e políticas públicas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 102, p. 231-263, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos Cesar; BALLESTEROS, Paula R. Violência y Fronteras en Brasil. *In*: CARRIÓN, Fernando; ESPIN, Johanna (Org.). **Relaciones fronterizas: encuentros y conflictos**. Quito: Flacso/IDRC, 2011. p. 187-201.

SCHÜTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, 2005.

SOARES, Barbara Musumeci. **A conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher**. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, n. 2, p. 191-210, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7326>. Acesso em: 23 ago. 2017.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Barbara Musumeci. Os homens do século XXI. *In*: ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas homem a homem: Grupo Reflexivo de Gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

SOUZA, José Ricardo *et al.* **Programa Basta: Relatos e reflexões sobre violência contra a mulher**. Revista Conexão, v. 12, n. 1, p. 156-165, 2016. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/7927/5183>. Acesso em: 26 set. 2019.

TEIXEIRA, Renata Andrade *et al.* Cuidado gravídico-puerperal em Rede: o vivido de enfermeiros, médicos e gestores. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 159-66, 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Flacso; CEBELA, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

WALDOW, Vera Regina. Momento de cuidar: momento de reflexão na ação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, n. 1, p. 140-145, 2009.

WHA. WORLD HEALTH ASSEMBLY. **Prevention of violence: a public health priority**. Geneva: WHA, 1996. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/WHA4925_eng.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health: summary**. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

11. APÊNDICES E ANEXOS

11.1 APÊNDICE I

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Foz do Iguaçu-PR, 20 de junho de 2018.

À Direção e Coordenação do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, Paraná e Uniãoeste.

Vimos solicitar a vossa autorização para a realização da coleta de dados por meio de entrevistas para a pesquisa intitulada: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DOS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO PARANÁ. Trata-se de pesquisa como requisito para obtenção do Título de Mestre em Saúde Pública em Região de Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu PR-Brasil. O objetivo do estudo é compreender o fenômeno da violência intrafamiliar na perspectiva dos seus autores. Os dados serão coletados por meio de entrevistas gravadas com questões orientadoras. A coleta dos relatos será de agosto/18 a junho de 2019, após obter a autorização desta instituição, o consentimento dos participantes da pesquisa e o parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – CEP/Unioeste. O número de participantes não será determinado nesse momento, sendo as entrevistas encerradas quando os depoimentos se mostrarem convergentes ou repetitivos, com vistas à compreensão da vivência dos autores de violência.

Espera-se que esse estudo suscite reflexões na perspectiva dos autores de violência no sentido de possíveis mudanças no tange ao seu protagonismo em relação a esse fenômeno. Para os serviços, que possa contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas de atenção a serem implementadas nas Redes de Atendimento e Enfretamento à Violência. No ensino e na pesquisa espera-se que possa suscitar outros estudos para somar aos resultados aqui encontrados e que venham ao encontro das necessidades e inquietações dos profissionais que atuam junto às condições de violência no intuito de instrumentalizá-los para as suas ações de cuidado no que diz respeito a assistência aos autores de violência.

Atenciosamente,

Maria das Graças Souza
Pesquisadora

Sebastião Caldeira
Orientador

Hmª Drª Vanessa Cristina Maia Vasques Alves
Hmª Profª Isadora Minotto Gomes Schwertner

11.2 APÊNDICE II



APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA

INSTRUMENTO PARA COLETA DOS RELATOS

Caracterização dos participantes:

Identificação: Entrevista/AV1, AV/2, AV/3

Idade: _____

Sexo:

 Masculino - Nacionalidade: _____ Religião: _____

Estado civil:

 Solteiro Casado Viúvo Divorciado Outro _____

Quantidade de relacionamentos que teve? _____

Tem filhos? Sim Não – Quantos _____

Idade dos filhos: _____

Escolaridade

01. Fundamental Incompleto () - 02. Fundamental Completo () - 03. Médio Incompleto ()

04. Médio Completo () - 05. Superior Incompleto () - 06. Superior Completo ()

Formado em:

 Instituição Pública Privada Outra: _____

Profissão/ocupação: _____

Atualmente está trabalhando? Sim Não Desempregado. - Há quanto tempo está desempregado? _____Você já teve outros empregos? Sim Não Desempregado. - Quais foram esses empregos? _____

Renda mensal em salários mínimos: _____

Motivo do atendimento no Patronato: _____

QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA

MOTIVOS POR QUE (vivência até o momento atual)

1. O que pensa sobre violência? (Já sofreu/sofre algum tipo de violência?) E violência contra a mulher? (Como você percebia/percebe a mulher em casa e/ou na sociedade?)
2. Para você, quais foram/são os motivos que levaram/levam à violência intrafamiliar? (Quais as formas de agressão você praticou/praticou? Como você se sentia/sente no momento em que a agressão acontecia/acontece?)
3. Em que momento a sua companheira se sentiu agredida a ponto de fazer a queixa?
4. Você passou por quais instâncias antes de participar do Projeto Basta/Patronato?
5. Como é para você participar de grupos de reeducação sobre violência no Projeto Basta/Patronato?
6. Fale-me sobre as atividades que se desenvolvem nesse projeto.
7. Como você percebe o atendimento por parte dos profissionais deste serviço?
MOTIVOS PARA (expectativas)
8. O que você espera para sua vida a partir da sua participação nesse projeto? (Quais mudanças você se propõe?)
9. O que espera dos serviços e profissionais que atuam com homens nesse projeto?
10. Gostaria de falar sobre algo que não foi conversado nesta entrevista e que julga importante?

11.3 APÊNDICE III

APÊNDICE 3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO(A) PARTICIPANTE: _____
NOME DOS PESQUISADORES: Maria das Graças Souza e Sebastião Caldeira

Nós Maria das Graças Souza, psicóloga, mestranda no Programa de Pós- Graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Sebastião Caldeira, Enfermeiro, Docente em Enfermagem na Universidade Estadual do Oeste do Paraná convidamos você a participar do estudo intitulado: **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DOS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO PARANÁ**. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com o referencial da Fenomenologia Social de Alfred Schütz e tem como objetivo compreender o fenômeno da violência intrafamiliar na perspectivas dos seus autores. Para tanto, você responderá a algumas questões norteadoras que serão gravadas. Em momento algum o seu nome será divulgado na pesquisa, nos artigos científicos ou em eventos, você poderá recusar-se a participar do estudo a qualquer momento e também não terá gastos e nem será pago qualquer valor para participar do estudo. Caso venha a ocorrer algum constrangimento, desconforto ou não se sinta bem de saúde, será providenciado acionado o SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência). Espera-se que esse estudo suscite reflexões na perspectivas dos autores de violência no sentido de possíveis mudanças no tange ao seu protagonismo em relação a esse fenômeno. Para os serviços, que possa contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas de atenção a serem implementadas nas Redes de Atendimento e Enfretamento à Violência. No ensino e na pesquisa espera-se que possa suscitar outros estudos para somar aos resultados aqui encontrados e que venham ao encontro das necessidades e inquietações dos profissionais da saúde no intuito de instrumentalizá-los para as suas ações de cuidado no que diz respeito a assistência aos autores de violência. O presente termo será assinado em duas vias, uma ficará com você e a outra ficará arquivada com os pesquisadores. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato comigo pelo telefone (45) 9.9155-7117 e (45) 9.9944-3404, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE – CEP UNIOESTE pelo telefone (45) 3220-3272.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do estudo.

Assinatura do participante

Como pesquisadores, declaramos ter realizado todas as orientações necessárias.

Maria das Graças Souza
Pesquisadora

Sebastião Caldeira
Orientador

Foz do Iguaçu PR, de _____ de 201__.

11.4 APÊNDICE IV

APÊNDICE 4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA

DECLARAÇÃO PARA INÍCIO DA COLETA DOS DADOS

Título do projeto: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DOS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO PARANÁ.

Pesquisadores: Maria das Graças Souza e Sebastião Caldeira

Tipo de Pesquisa: Qualitativa

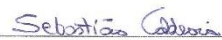
Iniciação Científica Dissertação/Mestrado TCC/Graduação
 Tese/Doutorado TCC/Especialização Projeto Institucional

Os pesquisadores do projeto acima identificado declaram que a coleta dos dados não foi iniciada e que isso somente ocorrerá após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Foz do Iguaçu PR, 20 de junho de 2018.



Maria das Graças Souza
Pesquisadora



Sebastião Caldeira
Orientador

11.5 APÊNDICE V

APÊNDICE 5



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA

TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO.

Título do projeto: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DOS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO PARANÁ.

Pesquisadores: Maria das Graças Souza e Sebastião Caldeira

Tipo de Pesquisa: Qualitativa

() Iniciação Científica (X) Dissertação/Mestrado () TCC/Graduação
() Tese/Doutorado () TCC/Especialização () Projeto Institucional

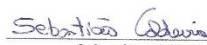
Os pesquisadores do projeto acima identificado assumem o compromisso de:

1. Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa e dados coletados;
2. Preservar as informações que serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
3. Divulgar as informações somente de forma anônima, não sendo utilizadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o participante da pesquisa;
4. Respeitar todas as normas da Resolução 466/2012 – CONEP/CNS/MS e suas complementares na execução desse projeto.

Foz do Iguaçu PR, 20 de junho de 2018.



Maria das Graças Souza
Pesquisadora



Sebastião Caldeira
Orientador

11.6 ANEXO I – TERMO DE CIENCIA DO RESPÓNSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

ANEXO 1



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE - CELS
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA EM REGIÃO DE FRONTEIRA


TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO.

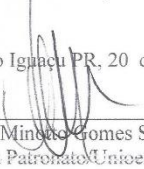
Título do projeto: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DOS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO PARANÁ.

Pesquisadores: Maria das Graças Souza e Sebastião Caldeira
Local da Pesquisa: Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, Paraná.

Os pesquisadores do projeto acima identificados, estão autorizados a realizar a pesquisa e a coleta de dados no período de agosto/2018 a junho/2019. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade, bem como o anonimato dos participantes, conforme as normas da Resolução 466/2012 da CONEP/CNS/MS e suas complementares.

Foz do Iguaçu PR, 20 de junho de 2018.


Dr^a Vanessa Cristina Maia Vasques Alves
Diretora do Patronato Municipal Foz do Iguaçu


Prof^a Isadora Minto Gomes Schwertner
Coordenadora Patronato UNIOESTE.

11. 7 ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DOS AUTORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO PARANÁ

Pesquisador: MARIA DAS GRACAS SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 00397118.9.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.952.265

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa visa compreender o fenômeno da violência intrafamiliar na perspectiva dos seus autores. Trata-se de pesquisa qualitativa na perspectiva da Fenomenologia Social de Alfred Schütz (SCHÜTZ, 2012). Pretende-se compreender como os autores de violência se reconhecem nos contextos de violência em que estão inseridos; como se constituiu o perfil desses autores de violência a partir dos sentidos construídos por eles. Será desenvolvida no Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil no Projeto Basta; Programa de Educação e Reabilitação do Agressor do Estado do Paraná. A coleta de dados ocorrerá no período de agosto/2018 a junho/2019. A coleta de dados será por meio de entrevista gravada com questões orientadoras sobre o tema em foco.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo dessa pesquisa será compreender o fenômeno violência intrafamiliar na perspectiva dos seus autores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR **Município:** CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.952.265

Os riscos para os participantes da pesquisa serão os mínimos decorrentes de uma entrevista. Em caso de algum incidente por tratar de questões subjetivas suscitando algum desconforto físico e/ou psicológico, será acionado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) para que seja realizada todo o suporte e assistência necessária ao participante.

Benefícios:

Espera-se que esse estudo suscite reflexões na perspectivas dos autores de violência no sentido de possíveis mudanças no tange aoseu protagonismo em relação a esse fenômeno. Para os serviços, que possa contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas de atenção a serem implementadas nas Redes de Atendimento e Enfretamento à Violência. No ensino e na pesquisa espera-se que possa suscitar outros estudos para somar aos resultados aqui encontrados e que venham ao encontro das necessidades e inquietações dos profissionais da saúde no intuito de instrumentalizá-los para as suas ações de cuidado no que diz respeito a assistência aos autores de violência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Indica ser importante para a área e para os envolvidos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e adequados

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1163113.pdf	20/09/2018 18:28:53		Aceito
Folha de Rosto	Anexo2_PlatBr_folhaDeRostoProjPesqViolenciaIntrafamiliarContraM.pdf	20/09/2018 18:25:58	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado	ProjetoMestrado2018.pdf	27/08/2018	MARIA DAS	Aceito

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.952.265

/ Brochura Investigador	ProjetoMestrado2018.pdf	19:57:27	GRACAS SOUZA	Aceito
Outros	Anexo1_TermoCienciaRespCampoEstudo_ViolenciaIntrafamiliar.pdf	27/08/2018 19:16:57	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito
Outros	Apendice5_TermoCompromUsoDadosArq_ViolenciaIntrafamiliarCon.pdf	27/08/2018 19:14:29	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Apendice4_DeclaracaoInicioColetaDados_ViolenciaIntrafamiliarCon.pdf	27/08/2018 19:12:55	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice3_TCLE_ViolenciaIntrafamiliarContraMulheres.pdf	27/08/2018 19:11:23	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito
Outros	Apendice2_InstrumentoColetaDadosPesq_ViolenciaIntrafamiliarCont.pdf	27/08/2018 19:11:00	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito
Outros	Apendice1_SolicitacaoAutorizacaoPesq_ViolenciaIntrafamiliarCont.pdf	27/08/2018 19:08:17	MARIA DAS GRACAS SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCAVEL, 09 de Outubro de 2018

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br